



Associação Nacional
dos Peritos Criminais Federais

PERÍCIA FEDERAL

Distribuição Gratuita

Ano II - nº II - Dezembro 2001

Entrevista: Eustáquio de Oliveira

As comemorações do Dia do Perito

Engenharia

Legal



Associação Nacional
dos Peritos Criminais Federais

ANUNCIE
A Q U I

PERÍCIA
FEDERAL

Tel: (61) 327-6827

A Polícia é científica, não há dúvida. E não importa quem vai chefiá-la ou quem vai presidir a investigação. Com esta frase, o diretor do Instituto Nacional de Criminalística, Eustáquio Márcio de Oliveira, resume a importância da atividade dos peritos criminais federais. Em entrevista exclusiva, a partir da página 6 desta edição de **Perícia Federal**, ele também fala dos planos para este ano de 2002, que incluem compra de equipamentos e nomeação de mais 160 peritos concursados. “Embora o ideal seja um efetivo de 900 peritos criminais federais em todo o País”, ressalta.

Eustáquio de Oliveira lamenta que a perícia não seja reconhecida como fundamental na Polícia, mas acena com melhorias como a ativação das Seções de Criminalística nos estados brasileiros onde elas ainda não existem e também com um sistema informatizado de comunicação entre as Secrim e o Instituto Nacional de Criminalística.

Nossa matéria de capa destaca a recente criação do Setor de Engenharia Legal e Meio Ambiente (Selma), que reúne peritos criminais federais engenheiros dispostos a um contínuo aperfeiçoamento que possibilite maior produtividade e menor tempo na elaboração de laudos.

No mês de dezembro, comemoramos o Dia do Perito em todo o País. Em Brasília, uma sessão solene da Câmara dos Deputados reuniu representantes da Associação Brasileira de Criminalística e da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, homenageados pelos deputados Jorge Pinheiro e Alberto Fraga.

E assim encerramos mais um ano, com a esperança de mais investimentos em recursos humanos e de mais discussões sobre nossas atividades. Certamente, oportunidades não faltarão: a agenda para 2002 já tem vários eventos definidos.

Este novo ano promete!

Diretores Regionais da APCF

Murilo Castelões de Almeida
Alagoas

Francisco dos Santos Lopes
Amazonas

Gutemberg de Albuquerque Silva
Bahia

José Carlos Lacerda de Souza
Ceará

Alexandre Cardoso de Barros
Distrito Federal

Paulo dos Santos
Espírito Santo

Carmem Lúcia dos Santos Gomes
Goiás

Antônio Waldir Peixoto Silveira
Maranhão

Waldemir Leal da Silva
Mato Grosso

Joadenor César Amorim
Mato Grosso do Sul

Lúcio Pinto Moreira
Minas Gerais

Antônio Carlos Figueiredo dos Santos
Pará

Elvis Rodrigues Farias
Paraíba

Magda Aparecida de Araujo Kemets
Paraná

Fernando Antônio Maciel Ramos
Pernambuco

José Arthur de Vasconcelos Neto
Piauí

Roberto de Araujo Vieira
Rio de Janeiro

Débora Gomes Mendonça Santos
Rio Grande do Norte

Clarimundo Flores
Rio Grande do Sul

Joucimar Alfredo da Silva
Rondônia

Mauri Angelo Paludo
Santa Catarina

Sérgio Barbosa de Medeiros
São Paulo

César de Macedo Rêgo
Sergipe



Biênio 2001-2002

Diretoria Executiva Nacional
Presidente

Paulo Roberto Fagundes
Vice-Presidente

Antônio Carlos Mesquita
Secretário-Geral

Rogério Laurentino de Mesquita

Diretor Jurídico

Daelson Oliveira Viana

Diretor Financeiro

Delluiz Simões de Brito

Diretor Técnico-Social

Marcos de Almeida Camargo

Diretor de Comunicação

Marcos Alexandre Oliveira

Conselho Fiscal:

Carlos Mauricio de Abreu

Eufrásio Bezerra de Sousa Filho

José Gomes da Silva

Jornalista responsável

Geísa Mello

Projeto gráfico

Lavinia Góes

Arte final

Pedro Werta

Edição

LUAN COMUNICAÇÃO - (61) 327-6827

luancom@luancomunicacao.com.br

Comercialização

Ari Mafra - (61) 327-6827

Impressão

Athalaia Gráfica e Editora Ltda - (61)344-1002

A revista tem distribuição nacional para:

Polícia Federal, Secretarias de Segurança, Ministérios, Palácio do Planalto, Congresso Nacional, Embaixadas, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Procuradoria da República, OAB, Universidades, Advocacia Geral da União, Associações de Criminalística.

É permitida a reprodução de matérias desde que citada a fonte.

APCF – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais

EQS 212/412 Bl. A

Brasília – DF – CEP: 70.275-450

Tel.: (61) 346-9481

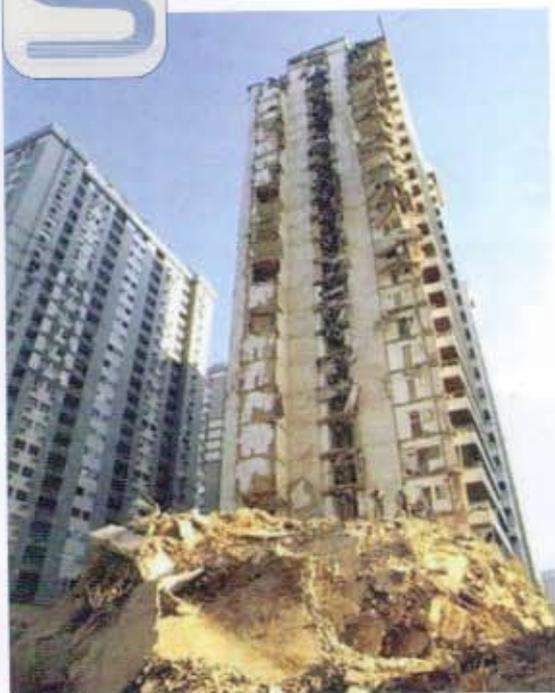
Internet: <http://www.apcf.org.br>

E-mail: apcf@apcf.org.br

CGC: 33.521.352/0001-41

Perícia Federal

É o veículo de comunicação oficial da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais. A publicação tem como objetivo principal difundir informações oficiais da entidade e notícias de caráter técnico, científico e social da Criminalística. A Revista visa principalmente fomentar a discussão e troca de opiniões dos Peritos sobre assuntos atuais da Criminalística. As matérias são elaboradas pela Associação sendo que a revista não se responsabiliza por opiniões dos autores das matérias assinadas.



6

Entrevista:
Eustáquio de Oliveira



12

Engenharia Legal ganha
setor especializado



35

Câmara homenageia peritos

18 - Curtas

19 - Especial: Criminalística em debate no Sul

23 - Artigo: Cinética de desidratação do misoprostol

26 - Curtas

27 - Evento: DPF comemora 37º aniversário

30 - Acontece: PF desmonta quadrilha de fraudadores

32 - Artigo: Auditoria de gestão e a prova pericial contábil

37 - Qualificando / Agenda

38 - Vocabulário pericial

“A Criminalística é a Polícia”

Para o diretor do Instituto Nacional de Criminalística, Eustáquio Márcio de Oliveira, a investigação tem de ser encarada como uma atividade científica e neste contexto, a Criminalística é um dos elementos essenciais: “A Polícia é científica, não há dúvida. E não importa quem vai chefiá-la ou quem vai presidir a investigação”.

Nesta entrevista, Eustáquio lamenta que a atividade pericial não seja reconhecida como fundamental no Departamento de Polícia Federal. E admite que falta estrutura em alguns estados. Mas acena com mudanças para este ano, incluindo equipamentos e nomeação de peritos concursados: “A Perícia se prepara para investigar novos tipos de crime, utilizando novas tecnologias e aperfeiçoando seus quadros”.



Ronaldo Barros

“A atividade policial atual precisa ser totalmente científica e integrada”

Qual a importância da criminalística dentro do Departamento de Polícia Federal?

- A polícia pé na porta não é mais aceita. A polícia atual é a polícia científica. Tenho certeza de que a Criminalística é a Polícia, porque afinal

o que é a polícia judiciária? É a polícia de investigação, de apuração de fatos delituosos. E qual é a principal função da polícia judiciária? É produzir provas que darão sustentação a um processo penal. Se nós estamos dizendo que a violência e a arbitra-

riedade não são mais aceitos, então nós temos que dizer que a prova material é a prova que vale hoje, embora a nossa legislação não permita estabelecer prioridades de provas. Na realidade, o que se aceita por segurança é a prova material bem elaborada – e esse é o trabalho da criminalística. Para mim, a criminalística é a atividade-fim. É polícia. A polícia que não for científica não está no mundo atual. Mas isso não quer dizer que só a criminalística, só o perito, vai ser policial, não. A polícia precisa ter uma visão científica desde o início da investigação, desde o conhecimento da notícia-crime. A visão tem de ser de polícia científica.

Em entrevista à Perícia Federal, o senador Jefferson Peres disse que a Polícia Federal deveria ter a mesma estrutura do FBI norte-americano. O sr. concorda?

- O contexto é outro. A gente deve conhecer as polícias de outros países, saber o que eles estão fazendo. E nós temos feito este acompanhamento. Mas temos que viver a nossa realidade. Eu acho que a Polícia Federal faz hoje um trabalho de investigação científica muito importante, muito bom, e está progredindo. Em comparação com outras organizações, podemos dizer que o DPF é uma das melhores polícias do mundo – e eu conheço várias, como as do Uruguai, da França, da Inglaterra. Então eu posso dizer, com segurança, que a Polícia Federal brasileira está no contexto das melhores.

O Instituto Nacional de Criminalística vai ganhar novas instala-

ções, novos equipamentos. E as Seções de Criminalística (Secrim), como ficam?

- O planejamento é global e nós estamos adquirindo novos equipamentos. Primeiro nós fizemos um estudo. Havia inicialmente um projeto de se criar criminalísticas regionalizadas – dez regionais para dar suporte, atendimento às solicitações de perícias de cada região. Quando assumi a direção do Instituto Nacional de Criminalística, verifiquei que isso não era bom, porque então qual seria a função do INC e qual a relação que existe entre uma superintendência e outra. Não há uma hierarquia entre uma superintendência e outra. E qual seria a garantia de que o serviço de uma superintendência que não tivesse um grande laboratório, por exemplo, que não fosse essa criminalística regional, seria realizado com o mesmo empenho da sede? Então, mudamos o planejamento. Vamos equipar as Seções de Criminalística de acordo com a demanda, de acordo com a necessidade real. Por outro lado, não adianta, só por vaidade, comprar equipamentos muito caros e sofisticados que não serão utilizados em toda a capacidade. Eles vão ficando obsoletos, a manutenção é cara, e isso é um desperdício de dinheiro público. Então, fizemos um estudo da necessidade de cada estado brasileiro, tomando por base as estatísticas do passado e as atuais, o que está sendo feito, quais os tipos de exames que estão sendo requisitados. É preciso resolver o pro-

“Comparado a outras organizações, o DPF é uma das melhores polícias do mundo”

“Equiparemos as Secrim de acordo com a necessidade real dos estados”

blema. E aí fizemos um planejamento de aquisição, de montagem de uma criminalística que atenda as necessidades de cada região, de cada estado.

Por este planejamento, todas as Seções de Criminalística poderão fazer os exames realizados em Brasília?

- Nós elaboramos uma primeira relação de equipamentos a serem adquiridos e encaminhamos a cada estado, para beneficiar todos os estados. Então, vamos supor: na área de documentoscopia, onde toda superintendência tem essa problemática, já que toda Secrim realiza esse tipo de trabalho, estamos mandando para todas as Seções de Criminalística o mesmo equipamento que está sendo adquirido para o INC. Na área de informática, o mesmo que se compra para o INC nós estamos oferecendo para as Seções de Criminalística. Laboratório? Aí, sim – laboratórios de acordo com a necessidade de cada região. Mas todos terão condições de fazer, com segurança, os exames de maior demanda na região. Caberá ao INC atender os casos especiais e também o atendimento dos órgãos centrais.

E quando os equipamentos serão entregues?

- Assim que forem aprovadas as especificações haverá a aquisição, dentro do previsto nos projetos Promotec e Pró-Amazônia. O que aconteceu é que na primeira proposta que nos foi mandada, a maioria dos equipamentos não atendeu às necessidades da Criminalística do DPF. Nós fizemos as alterações e recentemente recebemos nova proposta. Só

porque nós temos o crédito, o dinheiro, nós não vamos comprar equipamentos ultrapassados, que não atendam as nossas necessidades. A demora é só nisso: é em ser oferecido o equipamento ideal para a Criminalística.

- Mas o sr. tem uma idéia de quando isso vai se resolver?

- Não, mas com certeza esta primeira grande aquisição será feita em 2002, no início deste ano, no primeiro semestre.

O INC vai ganhar um prédio novo. E as Seções de Criminalística?

- Está sendo negociada a ampliação das instalações físicas das Secrim. Eu visitei recentemente todos os estados e fiz gestões com os superintendentes. Estabelecemos, como condição para a aquisição do equipamento de cada estado, prioridade para aquele onde houvesse condições de instalação imediata. Não adianta comprar o equipamento e ele ficar encaixotado.

Com os equipamentos, com as instalações, o que fica faltando?

- Nós precisamos pensar no efetivo de peritos criminais federais. O efetivo é pequeno. Temos um concurso em andamento. Serão nomeados mais 160 peritos, mas ainda é pouco. Contudo, é o maior concurso que nós já fizemos no DPF. Então nós precisamos, além de equipamentos, de mais peritos criminais federais.

Qual é o número ideal?

- Fiz um estudo e precisamos de 900 peritos criminais federais em todo o País, para haver um equilíbrio entre demanda e efetivo que atenda esta demanda. Hoje nós somos 257. Com mais 160, passaremos para 417. Então, nosso déficit é de cerca de 580 peritos. No passado, falava-se em uma relação de dois delegados para um perito. Eu não trabalho deste jeito. Vamos esquecer esta relação. O que existe é um fato, facilmente demonstrável e comprovável: a Polícia Federal abriu, nestes dois últimos

anos, 21 delegacias. Havia uma demanda reprimida de serviço policial, que não era feito porque a Polícia não estava lá, não havia presença da Polícia. Surgiram, então, 21 novos postos de trabalho. Foram realizados concursos e nomeados delegados, agentes, escrivães, policiais que começam a realizar o trabalho. Mas peritos não foram nomeados. Historicamente, os concursos para peritos têm o objetivo de preencher um número muito pequeno de vagas. Terminado este concurso, nós pretendemos fazer outro. Primeiro, para o preenchimento das vagas decorrentes de aposentadorias – que devem ser 20 ou 30. Mas nós sabemos que o déficit estimado não será eliminado. Como a capacidade da Academia Nacional de Polícia é limitada, e ela não forma apenas peritos, acaba aumentando este déficit. Cria-se um círculo vicioso. Nós fizemos o concurso para 160 peritos, mas temos 495 delegados, 636 escrivães e mais de 840 agentes. Portanto, a melhoria da qualidade, na proporção, não será

“O inquérito policial não precisa ser extinto. Devem desaparecer os procedimentos ultrapassados”



tão grande. Quando tivermos formado peritos, teremos formado também mais delegados, mais agentes, mais escrivães. Recentemente, eu estive conversando com o pessoal do planejamento do DPF e propusemos um concurso para que pudéssemos contar com mais 300 peritos. Somente peritos.

“Estudo demonstra que precisamos de 900 peritos criminais federais no País”

A Perícia está preparada para investigar os novos tipos de crime, como os ambientais e cibernéticos?

- Ela está se preparando. Evidentemente que a polícia anda atrás. Ela corre atrás do criminoso. Isto porque ele é o primeiro a se valer das novas tecnologias, do desenvolvimento, da modernidade, para praticar o crime. Hoje, nós temos os crimes contra o meio ambiente, os da área de engenharia, de engenharia eletrônica, da área de informática. Se por um lado a própria informática facilitou o nosso dia-a-dia, ela também é a peça do crime. Mas nós da Criminalística também temos que tirar proveito desta tecnologia e utilizá-la para combater o crime. A Polícia Federal tem procurado fazer isso.

Com a nomeação dos peritos concursados serão estabelecidas Seções de Criminalística em todos os estados e as já existentes serão atendidas?

- Quando eu assumi a direção do INC, no meu discurso de posse eu disse que iria administrar a Criminalística do DPF. Eu queria a descentralização das ações. Mensalmente, eu recebo relatórios de todas as Seções de Criminalística, e assim tenho em mãos diariamente a realidade de cada uma. Sei qual é a tendência. Isto porque não interessa só saber se uma Secrim

fez 100 ou 200 laudos no mês. Interessa também saber qual é a tendência de requisição pericial nestes estados. Foi com base nesses dados que eu fiz o planejamento de locação desses 160 peritos. No primeiro dia, quando mandei para a Academia um ofício distribuindo por áreas de formação as 160 vagas de peritos criminais federais, eu

já tinha feito, também, a distribuição desses peritos por área de formação em cada estado. Vamos atender do Norte ao Sul, do Leste ao Oeste, todos os estados. Inclusive vamos ativar Seções de Criminalística em estados onde hoje elas não existem, como Acre, Roraima, Tocantins e Amapá, com no mínimo quatro peritos. Os primeiros a sair da Academia irão para esses estados e reforçarão as Secrim que estiverem em situação mais difícil.

Quais os estados que estão em situação mais difícil?

- Nós temos alguns exemplos de dificuldades maiores. Como Mato Grosso, que é um estado muito grande, uma fronteira agrícola, um estado em franco desenvolvimento e, por isso, um estado que recebe muito incentivo do Governo Federal. Hoje, nós temos mais de 800 pendências e precisamos de mais peritos. Outro estado que também está em situação difícil é o Piauí, onde temos somente dois peritos. E o Pará também tem pouca gente.

Existe uma tendência de retirar a Criminalística da estrutura das po-

lícias. As propostas que estabelecem a autonomia das perícias devem ser levadas adiante?

- Não concordo com a tendência de retirar a Criminalística da estrutura das polícias. A Polícia é equipe. A tarefa mais simples, como a preservação do local, dos vestígios, é fundamental. A Criminalística não vai conseguir, sozinha, desvendar os casos. Então, a atividade policial precisa ser totalmente científica e integrada. Quanto à busca pela autonomia, sei que ela se deve à pressão das autoridades policiais nos Estados sobre os peritos – para a mudança dos laudos, para que se conduza a investigação desta ou daquela maneira. Felizmente, isto não acontece na Polícia Federal. Nunca fui pressionado e não tenho notícia de colega que tenha sido pressionado. Mas acho, também, que a separação não é a solução para os Estados. Deve-se combater o que está errado. E o que está errado é a pressão indevida. A Criminalística deve ser dirigida por peritos, sem dúvida. Em alguns esta-

dos, os Institutos de Criminalística são dirigidos por delegados, e isto não é correto. Mas a vinculação da Criminalística com a Polícia é necessária. Aliás, a Crimi-

nalística é Polícia, não há como separar isso. Respeito a opinião dos colegas, mas o caminho está errado. Nos Estados onde isso aconteceu, enormes problemas surgiram, com grandes prejuízos para a Segurança Pública.

- A atividade pericial, hoje, é reconhecida como fundamental na Polícia?

- Não, infelizmente não. Mas temos melhorado neste aspecto. Mui-

tas vezes, no entanto, alguns delegados pensam que o laudo é apenas uma exigência legal, apenas uma formalidade. Muitas vezes, a autoridade policial nem comparece ao local, não preserva o local, e depois quer que a Perícia resolva. O próprio Código de Processo Penal, que é uma lei antiga, prevê a atuação do perito, estabelece critéri-

os, princípios. E coloca o perito como auxiliar da Justiça. Portanto, a Perícia é certamente uma atividade muito importante, é a atividade-fim da Polícia, que é científica, sem dúvida. Não importa quem vai chefiar esta Polícia. Não importa quem presidirá a investigação. Pode ser um delegado, um agente, não importa. O que importa é que a investigação precisa ser encarada como uma atividade científica. E neste contexto, a Perícia é uma das partes essenciais.

E por que os delegados têm dificuldade em entender isso?

- São vários fatores. Eu começaria pela própria Academia. Quando ingressei na Polícia, em 1973, tive 40 horas/aula de Criminalística. Quando eu saí, como escrivão, tinha uma noção de Criminalística. Os policiais que ingressaram depois, por necessidade – de tempo ou de economia, não sei quais são realmente os motivos – não receberam da Academia essa carga horária de aulas de Criminalística. Até que, em determinado momento, a Criminalística saiu do currículo de formação. Então, o delegado, escrivão ou agente inicia o trabalho sem noção da importância da investigação científica para a Polícia. Outro motivo, também, é a vaidade. O delegado está à frente do inquérito, ele tem a maioria das chefias da Polícia Federal. A estrutura do Departamento é feita para os delegados. O Departamento é dirigido por delegados. Eu não tenho nada contra, absolutamente nada. Mas isso faz com

que o trabalho do delegado apareça mais. O perito, até por ser um profissional da área científica, é mais discreto. Ele passa despercebido também porque não tem cargo de chefia. O cientista é uma pessoa discreta. Os órgãos de imprensa, constantemente, chamam todos os policiais federais de agente, porque são os que eles encontram.

“No mínimo quatro peritos irão para as quatro novas Secrim nos estados”

O Decreto 4.053/2001, publicado no Diário Oficial em dezembro, que reestrutura os órgãos subordinados ao Ministério da Justiça, principalmente o DPF, dá a necessária valorização à Criminalística?

- O Decreto trouxe vantagens, benefícios e melhorias para a Criminalística. O INC teve a estrutura aumentada. Nós saímos de seis chefias para doze, todas com remuneração de DAS. Mas fomos surpreendidos, ainda que informalmente, com a notícia de que o decreto será revisto ou modificados os anexos. Eu, particularmente, estou me empenhando para que isso não aconteça. Evidentemente, eu sei que ainda existem algumas coisas a serem feitas. Reconheço perfeitamente que existe a necessidade de valorizar as superintendências regionais, que os DAS dos superintendentes não podem ser tão baixos como estão hoje, e que outros órgãos não foram contemplados devidamente. Mas não se pode desfazer o decreto. Ele foi um avanço e temos que avançar ainda mais.

Existe proposta para acabar com o inquérito policial. Qual a sua opinião sobre essa proposta?

- Esta é uma matéria polêmica. Já fui escrivão, sou bacharel em Direito, e na minha opinião, o inquérito policial não precisa ser extinto. Deve, sim, ser modernizado. Algumas práticas no inquérito não devem existir mais. Há procedimentos ultrapassados, como carimbos, juntadas, conclusões, datas, assentadas, algumas burocracias que precisam desaparecer. O inquérito precisa ser modernizado para ganhar mais dinamismo.

A Perícia está preparada para estas mudanças?

- O Departamento está preparado. Temos condições de remeter laudos via mídia eletrônica à Justiça, imediatamente, tão logo sejamos autorizados.

Como mudar a visão que os policiais federais têm da Criminalística?

- Acho que mentalidade não se muda por decreto, por portaria. É um processo lento. Precisa haver maior participação da Criminalística na Academia. A direção do INC e os chefes de Seções de Criminalística não podem se omitir. Muitas vezes outras categorias não são culpadas por nossos problemas. A culpa é nossa. É da nossa omissão. Muitos dos nossos colegas não participam das discussões sobre o assunto.

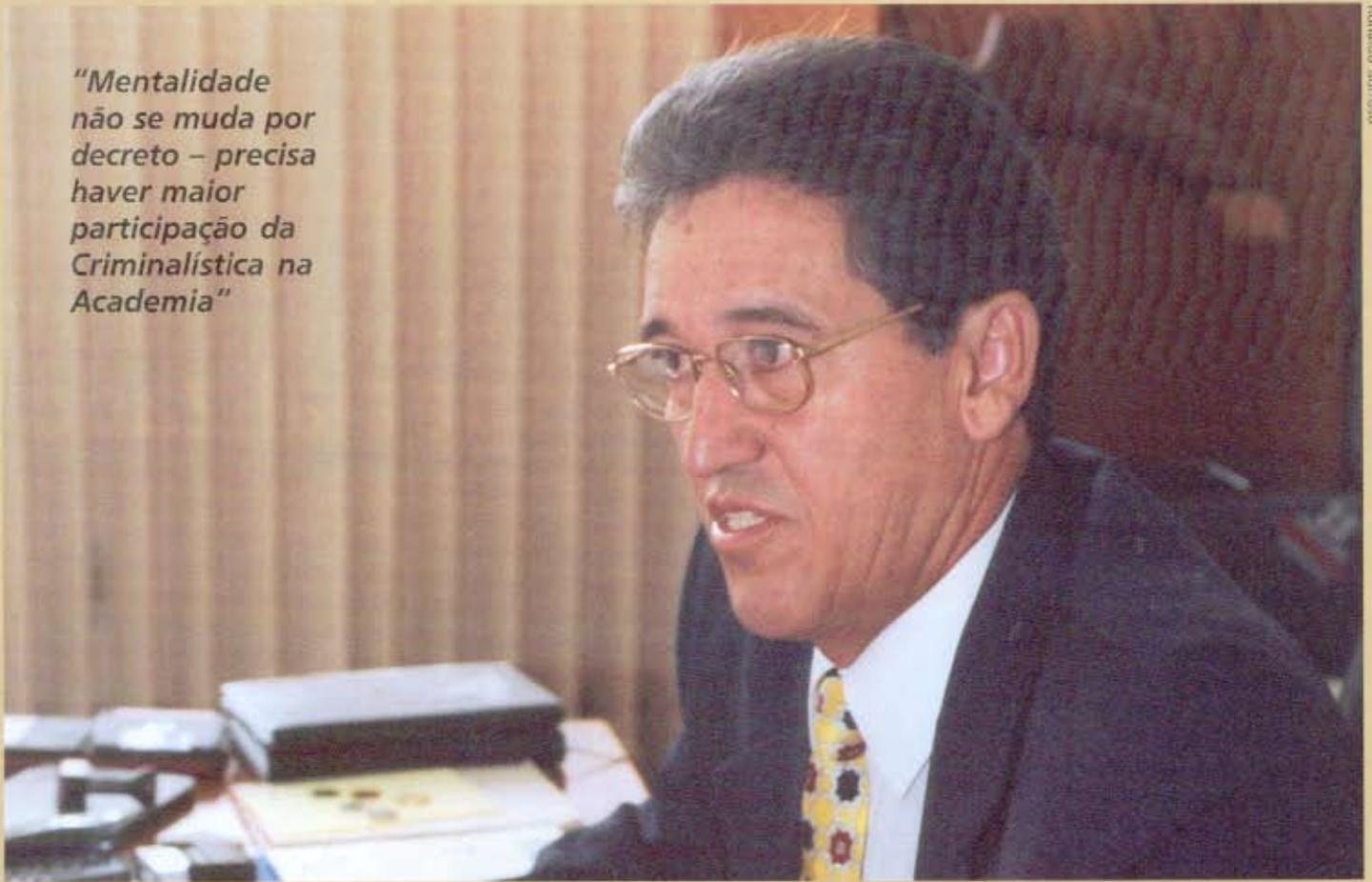
Isso só vai ser resolvido com a mudança na mentalidade, o que é um processo lento, trabalhado. Da nossa parte, entre as ações que poderíamos desenvolver na busca

de uma solução estão a inclusão da disciplina de Criminalística no currículo da Academia; fazer valer os nossos direitos; não nos omitirmos. E fazer todas as solicitações por documentos. A APCF tem um papel destacado nesta tarefa, que é o de se fazer presente.

E quanto à carreira única? É o ide-

“O currículo da Academia deve incluir a disciplina Criminalística”

"Mentalidade não se muda por decreto – precisa haver maior participação da Criminalística na Academia"



al para o policial federal?

- Isso também não se muda por decreto. Quem sabe se evolua para carreira única no futuro, mas hoje nós não estamos preparados para isso. A nossa legislação prevê um delegado, um perito, um escrivão, um agente, um papiloscopista. Nós temos muito caminho a percorrer antes de pensar em carreira única. Não existe isso de correr no Senado, no Congresso e tentar uma emenda propondo carreira única. Há um caminho a percorrer e isso não deve partir das associações de classe, dos sindicatos, das representações. Isso é um problema de administração, que vai sendo incluído naturalmente, com a eliminação do que é desnecessário.

O que o senhor espera para este ano de 2002?

- Muito. Adiantar o cronograma nas obras do novo prédio do INC,

formar mais quatro turmas de peritos, ativar as Secrim aonde não existem, ativar um sistema informatizado de comunicação entre as Secrim e o INC. Nós vamos informatizar todo o sistema de Criminalística formando uma grande rede nacional de transmissão de laudos e relatórios.

O senhor tem alguma dificuldade de dirigir o INC ou os problemas ficam mais fáceis por conta de sua amizade com o diretor-geral do DPF, Delegado Agílio Monteiro?

- Eu não tenho dificuldade nenhuma. Deixo bem claro isso. Eu sou muito amigo do Diretor-Geral. O dr. Agílio é meu amigo desde 1978. Mas não é só por isso que ele me apóia. É mais do que isso. O dr. Agílio conhece bastante o DPF. Ele realmente valoriza a Criminalística. É uma pessoa que gosta de dividir responsabilidades, delega competências às pessoas. Ele disse no seu discurso que o valor da sua

administração é que ele procura escolher pessoas melhores do que ele na área de cada um para assessorá-lo. Eu entendo o seguinte: o Doutor Agílio gosta da Criminalística, é um administrador moderno que gosta de dividir a responsabilidade. É meu amigo, mas não é por isso que tem dado apoio. Ele reconhece a importância da Criminalística.

- O episódio envolvendo a cantora Glória Trevi na carceragem da superintendência da PF não atrapalha a imagem da Instituição?

- A PF é uma Instituição que sempre fez questão de apurar com rigor qualquer ocorrência, fato negativo envolvendo policiais. Talvez esse seja um dos fatores que façam com que o nome da PF seja mantido como uma Instituição respeitada. O episódio Glória Trevi é um fato negativo que não terá força para manchar a boa imagem da Polícia Federal, conquistada ao longo de muitos anos.

Engenharia Legal ganha setor especializado

Com a recente criação do Setor de Engenharia Legal e Meio Ambiente (Selma), o novo diretor do Instituto Nacional de Criminalística (INC) concretizou uma antiga aspiração dos peritos criminais federais com formação em Engenharia.

Seguindo a tendência de outros órgãos de polícia técnico-científica, o novo setor agrupará duas importantes áreas periciais: a Engenharia Legal e a Perícia de Meio Ambiente. Estas duas áreas, ainda que aparentemente tão diversas, têm elementos comuns.

A Engenharia Legal é talvez a mais antiga das Ciências Forenses. Segundo Moacyr Amaral Santos, as primeiras perícias em engenharia são atribuídas aos antigos egípcios, que as realizavam para preparar as terras doadas pelos faraós aos súditos. E, quando o rio Nilo despojava alguém de sua quota agrária, a pessoa lesada ia procurar a autoridade, a quem dava parte do ocorrido. Era enviado à área, então, um perito para que se



Divulgação



As primeiras perícias em engenharia são atribuídas aos antigos egípcios, que as realizavam para preparar as terras doadas pelos faraós aos súditos.

obtivesse a medida da diminuição do seu lote. Com isso poderia ser feita a proporcional redução dos tributos sobre ele incidentes.

Na Roma Antiga, de início, os juízes eram, a rigor, os próprios peritos. Isto é, se alguém tivesse um problema ligado à medição de terras, procurava um juiz que fosse "expert" na arte de medir. De acordo com Alcântara Machado, em "O Exame Pericial no Direito Romano", a vistoria, exame ou inspeção ocular começou por ser ato pessoal e exclusivo do juiz. No último período, porém, com o desenvolvimento das causas e com a conseqüente especialização do juiz, voltado mais para os estudos jurídicos, a figura do perito começou a aparecer, freqüente, por delegação de poderes daquela autoridade.

É até intuitivo pensar-se que os primeiros litígios se deram por disputas de uso ou propriedade da terra. Os primeiros peritos engenheiros eram, portanto, agrimensores. Com o desenvolvimento das ciências, foram naturais os processos de diversificação e especialização. A Engenharia começou a crescer em diferentes ramos. As tradicionais engenharias civil, mecânica e elétrica deram origem a engenharias mais especializadas, como a de tráfego, a de minas, a florestal, a de segurança do trabalho, a cartográfica e, mais recentemente, a engenharia de meio ambiente.

Esta última tem como objetivo o aproveitamento racional dos recursos

naturais, minimizando os danos ambientais e recompondo o meio ambiente, quando necessário. Nela, engenheiros travam interface com profissionais de outras áreas, como biólogos, geólogos, veterinários e meteorologistas. Seguindo este enfoque, a Perícia de Meio Ambiente seria então uma derivação da Engenharia Legal, não necessariamente exercida por engenheiros.

Um moderno conceito de Engenharia Legal seria, pois, "a aplicação dos recursos e conhecimentos próprios da Engenharia, em todas as modalidades desta (construção civil, minas, mecânica, eletricidade, eletrônica, etc.), para esclarecimentos de interesse judiciário".

Este é, certamente, um conceito ainda excessivamente abrangente. Observa-se, porém, que não existe um consenso quanto aos limites de suas atribuições. Assim, passaremos a exemplificar o que se tem tradicionalmente atribuído à Engenharia Legal.

No Direito Civil - Na esfera cível, o campo de atuação é vastíssimo. Segundo o perito Sérgio Antônio Abunahman, as perícias na área cível são cabíveis nos seguintes tipos de ações:

1. Ordinárias - São as mais abrangentes e, por vezes, as de maior complexidade. São aquelas de indenização por vícios de construção ou danos causados a terceiros, e todas as demais que envolvam a participação pecuniária por

ocorrência que implique uma verificação e parecer técnico de Engenharia.

2. Vistorias, Cautelares (produções antecipadas de provas) e Sumaríssimas - Muito comum, a antiga "vistoria ad perpetuam rei memoriam" ocorre em inúmeras situações, como o prévio exame de imóveis lindeiros às vésperas da instalação de um canteiro de obras, ou diante de um risco iminente, ou mesmo a simples aferição de um fenômeno que traduza negligência, vício ou mau uso da coisa. Nas suas expressões mais simples, podem se manifestar através de ações para caracterizar responsabilidade por infiltrações em apartamentos, danos causados a um imóvel pelo inquilino, colisão de veículos etc.

3. Desapropriações - A fim de obter a justa indenização pela expropriação de um bem - feita pelo Poder Público, seu agente ou concessionário de serviço público.

4. Renovatórias e Revisionais - Do advento da "Lei de Luvas", como era impropriamente chamado o Decreto-Lei n. 24.150/34, originou-se a Ação Renovatória. Nela, no período compreendido entre um ano e seis meses antes do término do contrato de, no mínimo, cinco anos, o inquilino requer em Juízo que este decrete a renovação do contrato por igual período. Na grande maioria dos casos, o locatário oferece um valor baixo e, reciprocamente, o proprietário pede um valor alto, restando ao juiz a decisão, basea-



do em laudo fundamentado de perito de sua confiança, ou dos assistentes técnicos que tenham sido indicados pelas partes litigantes.

5. Retificações de Registro - São ações de cunho administrativo, não litigiosas em princípio, e que têm lugar nas varas específicas de registro público. As retificações de registro ou de metragem ocorrem nos casos de omissão de medidas ou impropriedade delas nos títulos dominiais. Obrigatoriamente, têm de ser efetuadas por perito devidamente habilitado, ou seja, perito engenheiro.

6. Demarcatórias - Estas ações en-

volvem questões de terras e são mais comuns nas áreas rurais, embora existentes nas zonas urbanas. Seu tipo e tipologia traduzem ser uma ação longa. Nela é exigido o concurso de um perito agrimensor e de dois peritos arbitradores que funcionam como verdadeiros fiscais do agrimensor, confirmando ou não as medidas por ele encontradas. As demarcatórias surgem quando há divergência entre os limites/divisores físicos constantes dos títulos e a real situação do imóvel.

7. Reintegrações de Posse e Reivindicatórias - As famosas "questões de terra", verdadeiras dores de

cabeça para qualquer perito, processam-se nos casos de invasões e esbulhos.

8. Usucapiões - Nos casos em que a posse do imóvel é caracterizada por um longo período, cabendo ao perito a definição da delimitação daquilo que é, realmente, usufruído pelo requerente.

9. Nunciações de Obra Nova e Embargos - Aqueles em que há o risco iminente a terceiros, ou danos já verificados.

10. Buscas e Apreensões - Veículos e máquinas financiados são apreendidos pelo órgão financiador e, obrigatoriamente, passam por uma avaliação judicial, que pode ser feita pelo próprio oficial de Justiça. Mas nos casos de equipamentos mais sofisticados, o juiz se vale do concurso de engenheiros especialistas para informações sobre o valor do bem.

No Direito Penal - Nesta área, a Engenharia Legal tem contribuído decisivamente para a solução de muitas questões dentro da moderna investigação criminal. É, como visto anteriormente, a aplicação dos recursos e conhecimentos da Engenharia para esclareci-

mentos de interesse judiciário - neste caso, a elucidação dos crimes. Seriam, tradicionalmente, as perícias em locais de incêndio e explosões, acidentes do trabalho, desabamentos e desmoronamentos, pesquisa de gases e vapores inflamáveis ou tóxicos, acidentes ferroviários, vistorias relacionadas com ocorrências de quedas de aeronaves, furtos de energia elétrica e de água, alterações de limites, esbulho possessório, usurpação de águas etc.

Como um caso clássico e de grande repercussão envolvendo Engenharia Legal, podemos citar o do Edifício Palace II, que veio a desabar na ma-

drugada de 22 de fevereiro de 1998, um domingo de Carnaval, no Rio de Janeiro. Oito pessoas morreram quando vieram abaixo as colunas 1 e 2, com 44 apartamentos. Apesar de a construtora ter emitido um laudo declarando que o restante do prédio estaria seguro, na sexta-feira seguinte, dia 27, desabaram mais 22 apartamentos da coluna 4. A perícia técnica provou a culpa dos construtores na tragédia. O laudo da Prefeitura constatou que a causa do desabamento foi o erro generalizado no dimensionamento dos pilares, além do fato de que 31 dos 42 pilares não tinham condições mínimas de segurança.

Segundo a mesma definição, poderiam ser incluídos dentre os exames de Engenharia Legal: as perícias em acidentes de trânsito, de crimes contra o patrimônio, em artefatos explosivos, as medições nas radiofrequências, as varreduras de escutas eletrônicas ou até mesmo os exames de identificação de voz. Entretanto, o que se observa na prática é que estes últimos têm merecido especial atenção dos órgãos oficiais de Criminalística, os quais vêm criando subseções específicas para a realização destes tipos de exames.

Crimes financeiros - Outra importante aplicação da Engenharia Legal no Direito Penal – menos tradicional, uma vez que não visa responder aos usuais questionamentos jurídicos "*qui, quid, ubi, quibus auxilium, cur, quomodo, quando*" – seria o emprego desta como coadjuvante nas perícias contábeis, desvendando os crimes financeiros. São casos em que o perito engenheiro tem que atuar junto ao perito contador, a fim de determinar a quantia desviada de obras ou serviços de engenharia,

O que se observa, dentre os crimes de competência da Polícia Federal brasileira, é que este tipo de exame constitui a avassaladora maioria dos casos.

Como exemplo deste tipo de ocorrência podem-se citar as denúncias envolvendo o juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto com a construção do novo fórum do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. O caso foi bastante divulgado pela imprensa em geral e diversas irregularidades vêm sendo apontadas. Entre elas, a suposta liberação de US\$ 22 milhões cinco meses antes do início das obras; a suspei-

ta de superfaturamento de preços; e um suposto rombo que estaria hoje calculado em R\$ 196,74 milhões.

Outro exemplo seriam as recentes denúncias envolvendo a Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), sobre diversos empreendimentos financiados pelo Governo Federal que, pelo que consta, nunca chegaram a entrar em funcionamento.

Nestes tipos de processos são comuns questionamentos do tipo:

1. Avaliação de imóveis - Nestes ca-



sos, o perito engenheiro é solicitado a avaliar imóveis segundo preços de mercado referentes a uma determinada época.

2. Levantamento de custos - São os casos em que, a fim de se determinar o quanto foi gasto em um determinado empreendimento, é solicitada aos peritos uma reconstituição do orçamento, a partir de levantamentos *in loco*.

3. Constatação de execução de serviços/verificação de quantitativos - Nestes casos, é necessário que o perito engenheiro compareça ao local da obra e lá realize os exames, a fim de verificar se foram realmente executados os serviços contratados.

4. Verificação quanto à qualidade dos serviços executados - Segundo levantamentos *in loco*, os peritos deverão verificar se os serviços foram devidamente executados, ou seja, se atendem aos padrões de qualidade estabelecidos pelo contrato ou mesmo aos padrões mínimos exigíveis.

5. Confrontação: preços contratados x preços de mercado - A fim de averiguar suspeitas de superfaturamento, os peritos são eventualmente solicitados a efetuar comparações entre os preços contratados e os preços praticados pelo mercado, segundo uma determinada época.

Memória institucional - A criação do Setor de Engenharia Legal e Meio

Ambiente será, sem sombra de dúvida, um marco na história da Criminalística do Departamento de Polícia Federal. Com ele, os peritos criminais federais engenheiros – que hoje somam aproximadamente 40 em todo o Brasil – possuirão um centro de referência e representatividade, oficial, em torno do qual poderão somar esforços e construir o que se poderia chamar de uma “memória institucional”.

Espera-se que esta “memória” que se pretende construir possa, em um futuro próximo, libertar-nos da atual dependência das experiências e conhecimentos individuais de cada perito.

Se houver o respectivo investimento de pessoal e material, em alguns anos poderemos ter um banco de dados técnicos específicos de engenharia, que poderá ser compartilhado não só pelos profissionais deste Departamento, mas por todos aqueles que labutam em prol da Justiça, seja nos demais Institutos de Criminalística, Tribunais de Contas, Controladorias etc.

Espera-se, com a criação do Selma, que a Engenharia Legal da Polícia Federal consiga conhecer a si mesma, estudando os seus problemas e realizando continuamente auto-aferições do tipo: demanda de exames de Engenharia, produtividade por perito, tempo médio de espera de um laudo, eficiência dos laudos (valor probante), número ótimo de peritos por equipe, custo médio de um laudo de engenharia etc.

Esta “memória institucional” terá ainda como missão acolher os futuros colegas, ao oferecer-lhes referência e sugerir-lhes soluções para os problemas com que se defrontarão. Ela deverá repassar para estes colegas tudo o que até hoje se aprendeu em termos de prática pericial, o “*know-how*”, a maneira mais eficiente de se trabalhar – no menor tempo, com melhor qualidade e maior produtividade.

Sabe-se que a união de esforços faz com que um mais um seja sempre mais que dois. A decisão de reunir alguns peritos com a missão de constituir um novo Setor pode parecer uma resolução ainda tímida, diante de um problema que se agiganta. Mas é um pontapé inicial.

É a proposta para que os engenheiros do INC sejam a “massa crítica” de um projeto maior que, um dia, com certeza será implementado. Neste dia, eles serão os gerenciadores da informação. O chefe do Selma será, então, o coordenador de todos os engenheiros. Os peritos das diferentes modalidades de engenharia passarão a ser peças de uma engrenagem, não mais a massa dispersa que foram até ontem. E o INC poderá exercer a sua natural vocação: ser um centro de excelência, de referência e de normatização.

Carlos André Xavier Villela

Perito Criminal Federal – Secrim/RS

Mestre em Engenharia – Coppe/UFRJ

A decisão de reunir alguns peritos com a missão de constituir um novo Setor pode parecer uma resolução ainda tímida, diante de um problema que se agiganta. Mas é um pontapé inicial.

Um breve relato

As perícias em obras de engenharia ainda são uma novidade na Criminalística do Departamento de Polícia Federal (DPF). Embora os crimes financeiros envolvendo obras de engenharia sempre tenham existido, os exames "in loco" eram realizados por engenheiros civis de outros órgãos, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Exército etc, nomeados pela Justiça. Nos casos mais simples, que não envolviam conhecimentos tão específicos de engenharia, essas perícias eram consideradas genéricas e eram denominadas Perícias de Local.

Com o aumento da demanda de perícias nessa área e devido à dificuldade de se conseguir profissionais que colaborassem, fazendo perícias sem ônus para o DPF, foram abertas as primeiras vagas para peritos em Engenharia Civil no concurso público realizado em 1993.

Segundo dados levantados pelo Serviço de Coordenação e Pesquisa (SCP) do Instituto Nacional de Criminalística (INC), as solicitações de perícias dessa área têm apresentado um aumento significativo. O número de laudos específicos da Engenharia Civil emitidos pelo DPF passou de 43, no ano de 2000, para 71, de janeiro a setembro de 2001.

Um dos motivos principais para o aumento dessa demanda é que só agora as autoridades policiais e judiciárias têm tomado conhecimento da existência de peritos nessa área.

A primeira turma de peritos com formação em Engenharia Civil tomou posse em novembro de 1995. Sem qualquer antecessor para os orientar, ou modelos de perícias para seguir, cada um deles criou uma metodologia própria e individual, baseada em seus conhecimentos profissionais e acadêmicos, e nas noções adquiridas sobre Criminalística durante o Curso de For-

mação na Academia Nacional de Polícia.

Preocupados com essa concepção individual de execução de perícias e elaboração de laudos, e com o intuito de compartilhar informações e estabelecer uma metodologia mais padronizada, conseguimos finalmente realizar o I Seminário de Perícias de Engenharia Civil do DPF, em junho de 2001, na Academia Nacional de Polícia. Durante o Seminário, foram traçadas diretrizes e também definidos conceitos, de forma consensual, a fim de garantir que a partir dali seria criada uma metodologia e todos "falariam a mesma língua".

A maioria dos casos de perícias de Engenharia Civil se refere a obras públicas, realizadas por prefeituras do interior dos Estados, muitas vezes em regiões ermas e distantes das capitais, com problemas de acesso e infra-estrutura local. Os peritos vão a esses lugares muitas vezes sem saber do que se trata, sem saber o tipo de obra a ser examinada. Como a escassez de peritos em todas as áreas em nosso quadro é significativa, cresce a dificuldade em reunir e dimensionar uma equipe ideal (ou pelo menos próxima a isso) para realizar essas perícias.

A fim de solucionar este problema, ou pelo menos minimizá-lo, foi implantado pelo INC o Formulário de Análise Preliminar (FAP), concebido durante a realização do I Seminário de Perícias de Engenharia Civil do DPF. Este formulário encontra-se hoje na página da Coordenação de Informática (COINF) e pode ser acessado por meio do site <http://10.61.5.12/>. É uma ferramenta importante para que consigamos atender às solicitações com maior eficiência.

Uma grande dificuldade que os peritos encontram diz respeito à documentação. Quando fazem esse tipo de trabalho, os peritos se tornam investigadores, batendo de porta em porta nos diferentes órgãos do governo e prefeituras, em busca daqueles documentos que realmente interessam para a elaboração do laudo.

Outro problema é quanto ao tempo para a elaboração do laudo. Embora isso varie de perito para perito, a

estimativa desse tempo é completamente atípica na Criminalística. Isto ocorre devido à complexidade dos exames, que requerem uma análise comparativa criteriosa entre os documentos fornecidos e o que na realidade existe no local, além da obtenção de dados técnicos normatizadores, especificações, composições de serviços e preços de materiais.

Muitas vezes estes dados não são encontrados facilmente, por serem específicos de determinadas regiões e/ou não existirem mais, já que as obras normalmente datam de cinco a dez anos atrás. Para avaliação de preços e levantamento de custos são empregados métodos científicos que utilizam dados de difícil obtenção. A maioria desses dados requer um tempo considerável para pesquisa e seleção.

A coleta da documentação que nos interessa exige uma análise de todo o processo – o que inclui diversos volumes e apensos. E este é um aspecto que consome a maior parte do tempo na elaboração do laudo.

Hoje somos 12 peritos engenheiros civis em todo Brasil. Destes 12, apenas três, que estão lotados no INC, têm a oportunidade de se dedicar apenas às perícias dessas áreas. Sabemos que a realidade nas Secrim é outra. Sabemos de casos de colegas engenheiros que, devido ao acúmulo de serviço, fazem todo tipo de laudo – assim, não sobra tempo para elaborar aqueles de sua especialidade, embora o diretor do INC tenha demonstrado uma valorização desses profissionais, ao designá-los para diversas perícias da área em todo o Brasil.

Apesar dos muitos problemas, no entanto, os peritos já podem comemorar o que conseguiram, como a criação do Setor de Engenharia Legal e Meio Ambiente no INC; a realização do primeiro seminário específico da área; e a implantação do Formulário de Análise Preliminar.

Dulce Maria Percicotti Santana
Perita Criminal Federal - INC/DPF
Mestre em Engenharia - UFCE

Ordem do Mérito do MPM

O diretor geral do Departamento de Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho, e a perita criminal federal Marília Rezende Mota (foto) foram condecorados no dia 3 de outubro com a Ordem do Mérito Ministério Público Militar. Em sua 10ª sessão, no dia 20 de junho, a Câmara Deliberativa do Conselho da Ordem acolheu proposta da Procuradoria da Justiça Militar em Salvador (BA) e decidiu por unanimidade admitir a perita no Grau de Distinção do Quadro Especial da Ordem. A solenidade de entrega da condecoração foi realizada no Auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em Brasília.



Trabalho científico de perito chega a simpósio na China

O perito criminal federal Paulo Quintiliano da Silva teve seu trabalho científico – sob o título “Face Recognition Based on Eigenfeatures” – aceito pela banca revisora para apresentação oral no simpósio internacional *Multispectral Image Processing and Pattern Recognition*, promovido pela SPIE (The International Society for Optical Engineering) na cidade de Wuhan, na China, de 22 a 24 de outubro do ano passado.

O artigo foi publicado no volume nº 4550 da revista *Image Extraction, Segmentation, and Recognition*, comercializada por esse organismo ao custo de US\$ 100, no site <http://spie.org/conferences/programs/01/mip/Proceedings.html>.

O trabalho se propõe a fazer o reconhecimento facial automático com base em pequenos fragmentos de imagens de faces, no que registrou 87% de sucesso. E utiliza o banco de dados *The Yale Face Database*, fornecido pela Universidade de Yale, nos Estados Unidos.

As técnicas propostas podem ser bastante úteis em aplicações policiais. Dentre estas, o reconhecimento de pessoas (criminosos) filmadas com o rosto parcialmente coberto com máscara, capuz ou outro artefato. Os softwares comerciais de reconhecimento facial atualmente disponíveis não conseguem fazer o reconhecimento de pessoas nessas condições.

Em outubro de 2000, outro trabalho do perito Quintiliano, intitulado “Practical Procedures to Improve Face Recognition Based on Eigenfaces and Principal Component Analysis”, foi aprovado para apresentação oral em congresso internacional realizado na cidade de Sâmara, na Rússia. E foi publicado no volume 11, número 2, da revista indexada *Pattern Recognition and Image Analysis*.

Embora seus artigos tenham sido publicados, o perito não obteve autorização da direção-geral do DPF para se apresentar como palestrante nos simpósios, onde inclusive teria a oportunidade de manter contatos e de debater com pesquisadores e cientistas de várias partes do mundo, o que contribuiria para a boa reputação do Departamento.

A ACPF entende ser de grande importância a participação de peritos federais como palestrantes em simpósios internacionais de cunho científico, principalmente naqueles promovidos por organizações conceituadas como a SPIE, de forma a divulgar internacionalmente o trabalho científico produzido pelos peritos e a engrandecer o nome do DPF.

Para tanto, é necessário que os peritos sejam autorizados a aceitar apoio de organizações brasileiras de fomento à produção científica, como o CNPq e a Finatec, para a participação nos eventos. Ou, pelo menos, sejam autorizados a se afastar do País às suas próprias expensas, com liberação do ponto.

Criminalística em debate no Sul

Cerca de mil pessoas participaram no CentroSul, em Florianópolis (Santa Catarina), de 21 a 26 de outubro passado, do XVI Congresso Nacional de Criminalística. A Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) apoiou a ida de seus filiados, que se destacaram com a apresentação de 16 trabalhos, oito deles na área de informática.

O tema do congresso, com o objetivo de promover o aprimoramento técnico-científico e o intercâmbio de experiências, foi "Os Novos Desafios da Criminalística no Terceiro Milênio". *(continua na página seguinte)*

Na cerimônia de abertura, o governador catarinense, Esperidião Amin, falou sobre a importância da realização do evento na cidade. Ao lado de lideranças políticas e judiciais, destacou o trabalho dos peritos e os avanços na área da criminalística.

Paralelamente ao congresso, realizaram-se a XVI Exposição de Equipamentos Aplicados à Criminalística, o I Congresso de Criminalística do Mercosul e a IV Jornada Latino-americana de Criminalística. E ao final do evento, a APCF divulgou a "Carta de Florianópolis", em que destaca as principais reivindicações da categoria. (Confira a íntegra na página 22)

Trabalhos - Ao longo de cinco dias de palestras foram apresentados também 48 trabalhos e os chamados crimes cibernéticos mereceram atenção especial. O tema constou de conferências como "Criptologia e a perícia em sistemas computacionais" e "Ferramentas úteis para a perícia em material de



O governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, entre os presidentes do TJSC, juiz Victor Seben, e o presidente da Aposc, Miguel Acir Colzani

informática", entre as mais concorridas, a cargo dos peritos criminais federais Alexandre Cardoso de Barros, Murilo Tito Pereira e Bruno Costa Pitanga Maia, todos do Instituto Nacional de Criminalística, no Distrito Federal.

Na primeira palestra, os peritos abordaram o emprego da criptografia na segurança de sistemas computacionais e seu impacto sobre o trabalho pericial, conceitos básicos de segurança da informação, os tipos clássicos e as principais técnicas empregadas. Também foi apresentada, como exemplo, a aplicação da criptografia na constituição de documentos eletrônicos, além de uma discussão sobre a infra-estrutura necessária para sua implementação em nível governamental.

No trabalho sobre ferramentas, os peritos Murilo e Bruno lembraram que no âmbito da Polícia Federal já existe um setor especializado em perícias de material de informática, o Setor de Crimes por Computador (SeCC), onde a demanda cresce a cada dia. Foi apresentada uma série de ferramentas úteis para a perícia em material de informática, o que inclui preservação de materiais originais, recuperação de arquivos apagados, acesso a informações protegidas por senhas, entre outros, e a maneira

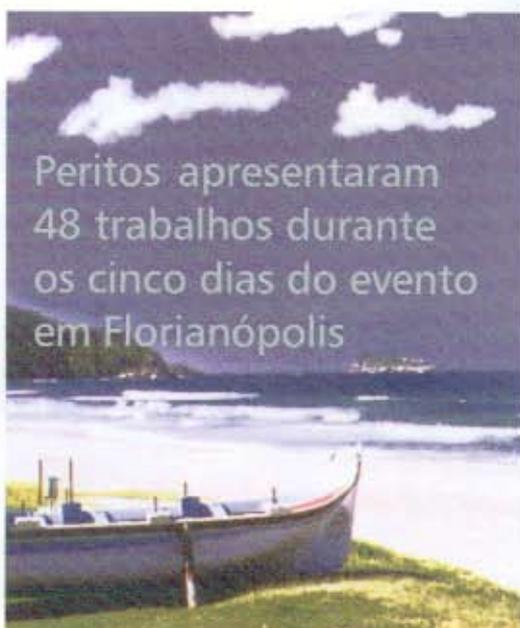
de utilizar esses softwares.

A recuperação de evidências em delitos pela Internet também foi tema de trabalho dos peritos Alexandre e Bruno, que abordaram ataques de hackers e perícia em material contendo pornografia infantil na Internet. Eles fala-

ram ainda sobre um dos principais recursos utilizados na recuperação de evidências nesse tipo de delito que ocorre por meio das redes de computadores: os "Arquivos de Log".

Os mesmos peritos, em outro trabalho apresentado no XVI Congresso Nacional de Criminalística, trataram do desenvolvimento - pelos peritos do SeCC - de uma ferramenta voltada especificamente para fins de grampo na Internet ("sniffer"), um programa capaz de capturar todo o tráfego de informações da máquina do provedor onde é instalado, e que pode ser configurada de forma seletiva.

Também se destacaram os trabalhos "Psicologia de Investigação na Cena do Crime: Uma Introdução", de Fernando de Jesus Souza; "Geoprocessamento e a Perícia", de Francisco Artur Cabral Gonçalves; "Perícias em Gravações de Vídeo", de Paulo Beltrão; "Análise Microestrutural: Ferramenta de Apoio para Exame Pericial", de Athos Faria, de Santa Catarina; "Perícia em Obras Públicas", de Augusto César Fabião Moreira da Silva, do Rio de Janeiro; "Laudo de Exame em Equipamento Eletrônico (Telefone Celular): Estudo de Casos" e "Crimes de Alta Tecnologia", ambos de José Helano Matos Nogueira; "Autenticação de arquivos eletrônicos e seu uso na Computação Forense: uma abordagem baseada no algoritmo



MD5 - Message Digest”, de Marcelo de Azambuja Fortes e Alexanders T. das Neves Belarmino; “Reconhecimento de locutores com redes neurais e modelos gaussianos”, de André Machado Caricatti; “Crimes de Alta Tecnologia: Aspectos jurídico-periciais”, de Jorilson rodrigues da Silva e André Machado Caricatti; “Falsificação de Cartões de Crédito - Estudo de um Caso”, de Alessandro Sabóia Lima e Silva e Oscar Gonçalves Leite; e “Análise Pericial na Falsificação de Documentos”, de Marília Rezende Mota, entre outros.

Diretoria - A nova diretoria da Associação Brasileira de Criminalística (ABC) foi eleita durante o Congresso e ficou assim constituída: Humberto Jorge de Araújo Pontes (PB), presidente; Gerluis Paixão de Jesus (BA), primeiro vice-presidente; Artur Jorge da Silva Lira (PE), segundo vice-presidente; Nivaldo Gomes Cantuária (AL), primeiro secretário; Marion Gonçalves Werhli (RS), segundo secretário; Lúcia Rejane Macedo de Monteiro (PB), primeiro tesoureiro; e Elvis Rodrigues de Farias (APCF-PB), segundo tesoureiro.

Para o Conselho Fiscal foram eleitos titulares Wandilson Guimarães de

Almeida (RJ), Hinton de Barros C. Júnior (PA) e Miguel Acir Colzani (SC); como suplentes, Edilene Maria da Silva (MG), Francisco das Chagas Feitosa de Paiva (AC) e Maria do Rosário Mathias Seraphim (SP).

Cláudio Gomes da Silva (RO) responde pelo Departamento Jurídico; Roberto Pedrosa (GO) e Rui Rodrigues (MS), pelo de Divulgação; e Márcia Alves de Carvalho Cavalcante (TO), pelo de Patrimônio.

Como assessor de Relações Públicas, ficará Carlos Léo Malhame Posato (ES) e na Assessoria Parlamentar, Cássio Thyone Almeida Rosas (DF).

A diretoria eleita para o próximo biênio estabeleceu como propostas e metas a serem alcançadas, ao lado das entidades estaduais: prosseguir na luta pela autonomia; desenvolver ações pela melhoria das condições de trabalho, na busca de instrumentalização dos Institutos de Criminalística e dos laboratórios onde estes são independentes; lutar por um patamar salarial buscando uma média nacional e eliminando as disparidades; e mobilizar todos os peritos do Brasil para que a categoria venha a se fortalecer politicamente e, assim, alcançar as metas pretendidas.

Associação Brasileira de Criminalística elegeu nova diretoria para o próximo biênio

O ex-presidente da ABC, Celito Cordioli, em mensagem aos congressistas, desejou que “nesta terra de casos e ocassos raros, eleita por bruxas e magos, encontrem a prova de que a Criminalística tem futuro”.

O XVI Congresso Nacional de Criminalística homenageou, com o diploma “Mérito Criminalístico”, na categoria de “sócio honorário”, o secretário estadual de Segurança Pública de Santa Catarina, Antenor Chinato Ribeiro; o engenheiro Armindo Beux, por ter introduzido no Brasil a Engenharia Legal, com os primeiros levantamentos em acidentes de tráfego com vítima; os peritos oficiais Eraldo Rabelo, por impulsionar o crescimento da Balística Forense, e Ruben Lubianca, professor de Criminalística; o senador Geraldo Althoff, por seu empenho na apresentação e tramitação da PEC nº 89/99, que coloca a Perícia Oficial como função essencial à Justiça; e o deputado federal Jorge Piniheiro (DF), pelo apoio à Criminalística na Câmara dos Deputados.



Peritos aproveitaram para confraternizar durante o Congresso, onde participaram de debates e também visitaram a exposição de equipamentos aplicados à Criminalística

Carta de Florianópolis

Durante a IV Reunião de Diretores da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais - APCF, realizada nos dias 20 e 21 de outubro de 2001, consolidou-se a preocupação de toda a categoria, que tem surgido em cada uma das unidades do Sistema de Criminalística do Departamento de Polícia Federal, com a necessidade “urgente” de criação de vagas para diminuir a carência de Peritos, tanto nas Seções de Criminalística como no Instituto Nacional de Criminalística. A desatenção a esse problema crônico caminha na direção de inviabilizar, de forma absoluta, a consubstanciação da **Investigação Criminal**.

O quadro atual de Peritos Criminais, em atividade, soma em todo o país duzentos e cinquenta e sete, sendo que deste total, nos próximos cinco anos, em torno de cem estarão se aposentando. Das duas mil vagas criadas recentemente para o Departamento de Polícia Federal, apenas cento e sessenta foram destinadas à Criminalística. Ou seja, somente oito por cento das vagas. A autorização para o concurso foi feita para duas mil cento e trinta e uma vagas, e o número de vagas para a Criminalística continuou em cento e sessenta. Ou seja, sete e meio por cento.

Analisando dados disponíveis no site oficial do DPF, percebe-se o crescimento nos números de expedição de Laudos Periciais.

Vejamos:

1998 - 17.980 laudos

1999 - 19.572 laudos

2000 - 21.161 laudos

Além da elaboração dos laudos, os Peritos exercem outras atividades, tais como ministrar aulas na Academia Nacional de Polícia, participar de operações policiais, executar varreduras diversas, conduzir investigações de caráter eminentemente técnico e colaborar no assessoramento aos projetos de modernização do DPF.

Esse aumento bruto de produtividade pode ser atribuído parcialmente a uma melhoria de condições de trabalho, com compra de novos equipamentos e aplicação de novas tecnologias, o que tenderá a melhorar com a definitiva implantação dos projetos Promotec e Proamazônia. Atribui-se parte deste incremento à reposição parcial de pessoal, possibilitada pelo concurso de 1997.

Contudo, com um percentual tão baixo de vagas que, historicamente, tem sido oferecido à Criminalística, será difícil recuperar o passivo das pendências, que se situa ao redor de cinco mil pedidos de exames, o que contribuirá para a consolidação de uma rotina ineficaz: a de mandar justificativas para os motivos do atraso das perícias às autoridades solicitantes e ao Ministério Público Federal.

É importante destacar que a Criminalística do DPF atende pedidos de exames periciais de vinte e sete Superintendências Regionais, cento e vinte e seis Delegacias descentralizadas e, ainda, solicitações da Justiça Federal, Procuradoria da República, bem como dos demais Órgãos Públicos Federais e de algumas Secretarias de Segurança Pública, mediante solicitação ou convênio.

Além da quantidade, o nível dos exames está mais complexo, exigindo cada vez mais especialização e capacitação dos profissionais. Vários exames que não eram realizados anteriormente são feitos hoje, e ainda existe uma demanda reprimida em vários setores.

Fica evidente que o aumento desproporcional entre a Perícia e os demais órgãos tem causado um estrangulamento do processo de apuração da Polícia Judiciária, transformando a Criminalística em um “gargalo” muito estreito, incapaz de escoar a demanda que lhe tem sido exigida.

Diante deste quadro, não é difícil entender a preocupação dos Diretores Regionais de todo o país, expressa durante a reunião. Pois, enquanto se criam comissões de estudos para reformar o Código de Processo Penal e outras leis com o objetivo de tornar mais céleres a investigação policial e a prestação jurisdicional, há o entendimento por parte dos Peritos Federais de que nossa contribuição poderia ser dada desde que houvesse um aumento de nosso efetivo, de forma proporcional ao das outras categorias de policiais. Com isso poderíamos atender às solicitações de exames rapidamente e agilizar as investigações que dependem de produção de prova material.

O sentido maior desta carta é mostrar uma realidade que conhecemos mais do que ninguém, sensibilizar aqueles que têm o poder de decidir, angariar apoio daqueles que podem intervir, somar esforços com nossos aliados, para fazermos juntos uma polícia judiciária cada vez mais capaz e eficiente naquilo que foi concebida para fazer, ou seja, **produzir provas**.

Cinética de desidratação do misoprostol

O misoprostol (MP) é uma prostaglandina utilizada no tratamento de úlceras e seu efeito principal é a inibição da enzima que estimula a produção de suco gástrico. Um efeito colateral do uso do MP é sua ação fortemente abortiva, o que justifica a existência de um grande mercado negro da droga no país, visto que o medicamento é oficialmente utilizado apenas em hospitais. Como se trata de uma substância de ação enzimática, a quantidade do princípio ativo necessária para o efeito desejado é muito pequena, da ordem de 0,2mg por comprimido.

O uso do MP como abortivo é ilegal

em território nacional, o que torna necessário o controle desta substância pelas autoridades competentes. Assim, é imprescindível a existência de métodos analíticos confiáveis, precisos, certificáveis e acessíveis aos órgãos de controle da Polícia Federal e Saúde Pública.

O método mais indicado para análise e detecção de misoprostol é a cromatografia líquida de alta eficiência (CLAE). Entretanto, o DPF ainda não dispõe de um aparelho de CLAE em seus laboratórios. Como uma alternativa para a detecção da substância em comprimidos apreendidos no país, sugere-se o uso da absorção na região

do ultravioleta e o registro da constante de velocidade da reação de desidratação em meio básico.

A molécula de MP não apresenta absorção significativa de radiação em comprimentos de onda maiores que 230nm, mas em meio básico a molécula sofre uma reação de desidratação, seguida por uma isomerização da olefina recém-formada. O isômero final, uma olefina totalmente substituída, tem uma banda de absorção característica em 283nm. O surgimento dessa banda foi a propriedade utilizada neste trabalho para a detecção do MP em uma dada amostra.



Figura 1: Cytotec é oficialmente utilizado apenas em hospitais

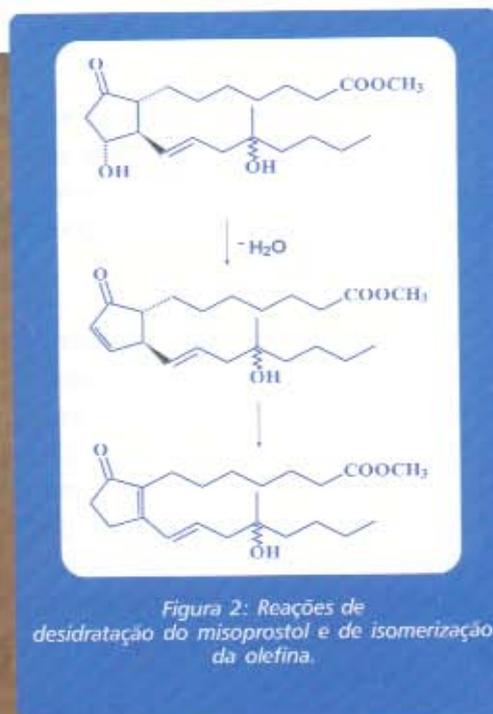


Figura 2: Reações de desidratação do misoprostol e de isomerização da olefina.

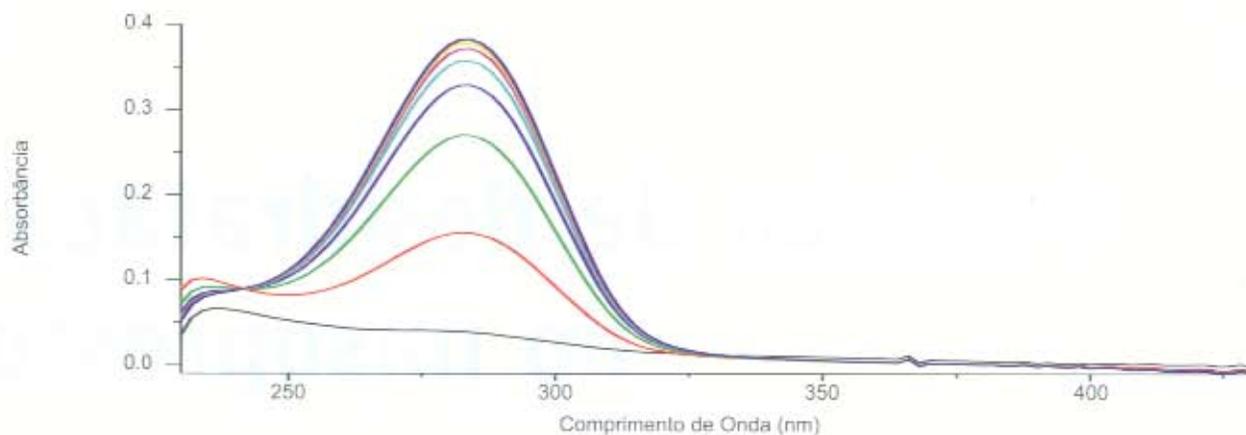


Figura 3: Evolução do espectro de absorção ao longo do tempo.

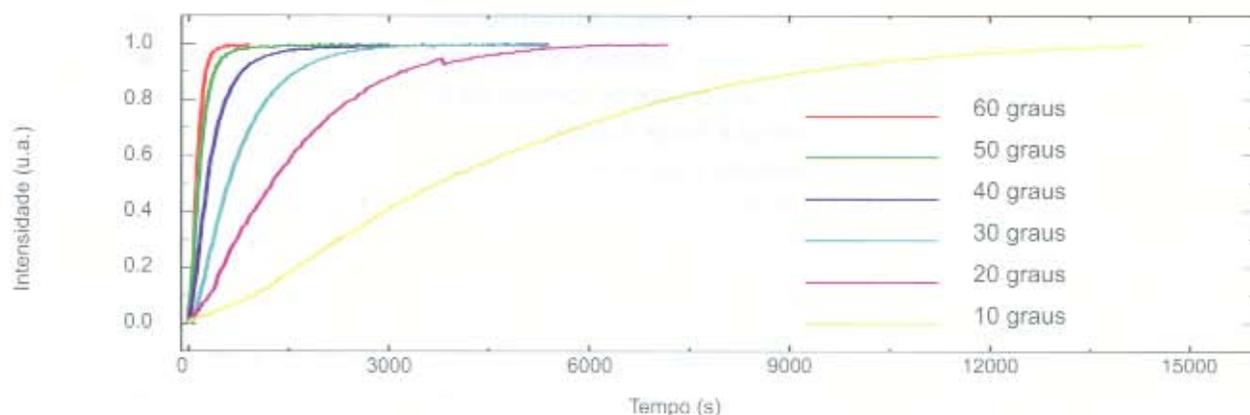


Figura 4: Variação da absorvância em 283nm em diversas temperaturas.

Foram testados modelos cinéticos envolvendo equações de primeira ordem consecutivas e reações de primeira ordem com passo determinante.

Parte experimental - Compridos de Cytotec foram triturados e extraídos com metanol por 20 minutos. Da solução obtida, 2 mL foram colocados em uma cubeta de quartzo com 1 cm de caminho óptico, e o sistema foi termostatizado no porta-amostras de um espectrofotômetro HP 8452A.

Após termostatização, foram adicionados 2 mL de solução 1

mol.L⁻¹ de NaOH e acompanhou-se a variação dos espectros de absorção UV/Vis, em intervalos de tempo adequados, até que não ocorressem mais mudanças significativas nos mesmos.

O processo descrito foi repetido em temperaturas que variaram de 10 a 60°C, em duplicata.

Resultados - Na figura 3 pode-se observar a evolução temporal dos espectros de absorção de uma solução de misoprostol em meio básico, onde se nota o surgimento da forte banda de absorção em 283nm.

Após a aquisição de toda uma

série de espectros em uma dada temperatura, foi feito um gráfico do valor da absorção em 283nm em função do tempo.

Todo o procedimento foi repetido para cada temperatura na faixa de trabalho, obtendo-se as curvas mostradas na figura 4.

Na escolha dos modelos matemáticos para ajustar as curvas foram feitas as seguintes considerações:

- 1 – as duas reações seguem leis cinéticas de primeira ordem; e
- 2 – uma das duas reações ocorre em velocidade muito menor que a outra (para o caso de reações com passo determinante deve ser considerado desta maneira).

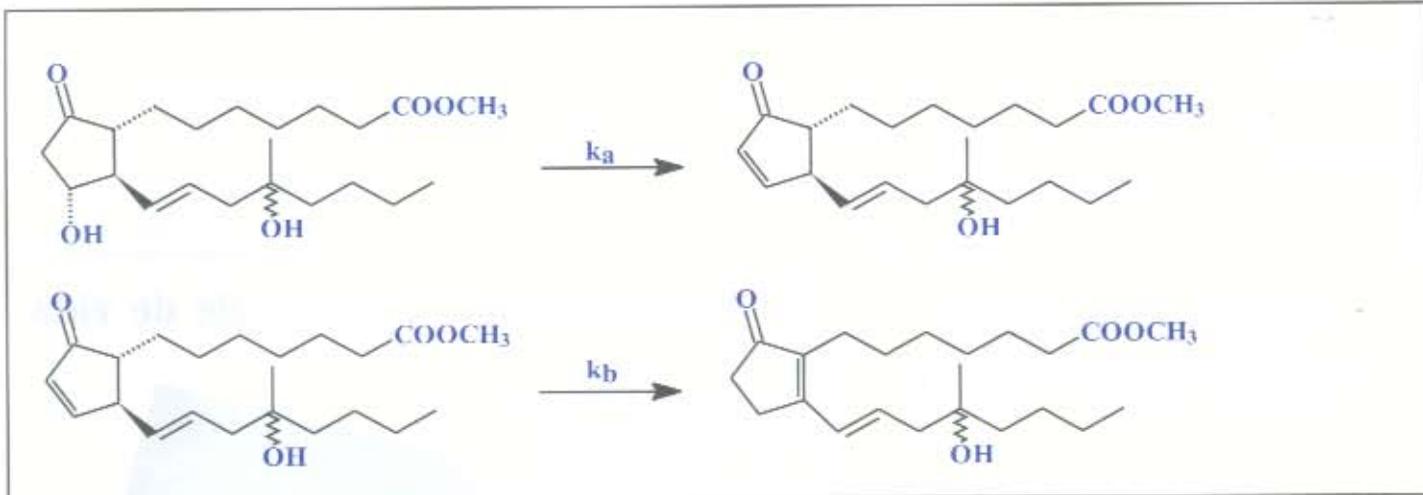


Figura 5: Reações de desidratação e de isomerização com as constantes de velocidade representadas.

Na figura 5, k_a e k_b representam as constantes de velocidade das reações. Pode-se facilmente deduzir um modelo matemático que descreva a velocidade com que o produto final das reações será formado. Assim, caso $k_a = k_b$ teremos:

$$A = 1 + \frac{k_a \exp(-k_b \cdot t) - k_b \exp(-k_a \cdot t)}{k_b - k_a}$$

onde A é a concentração do produto formado no tempo t .

Caso $k_a \gg k_b$ ou $k_a \ll k_b$ teremos:

$$A = 1 - \exp(-k_b \cdot t)$$

Assim, podem ser testados os modelos propostos, com um ajuste das curvas experimentais segundo as equações matemáticas e com a verificação da qualidade do ajuste obtido.

É claro que um bom ajuste não significa que o modelo usado corresponde à realidade física do fenômeno, porém um modelo adequado e que forneça resultados reproduzíveis pode ser usado para caracterizar o comportamento de um sistema, mesmo que não o represente satisfatoriamente.

A comparação dos ajustes dos dois modelos nas várias temperaturas mostrou que, em todos os casos, os valores de k_a foram similares, porém o de passo determinante apresentou os menores valores de χ^2 . É, portanto, a

Modelo Cinético	Constantes de velocidade obtidas a 20°C
Reações de 1ª ordem consecutivas	$7,28 \cdot 10^{-3} \text{ mol} \cdot \text{min}^{-1} \pm 7,4 \cdot 10^{-4}$
Reações de 1ª ordem com passo determinante	$7,03 \cdot 10^{-3} \text{ mol} \cdot \text{min}^{-1} \pm 7,0 \cdot 10^{-4}$

melhor representação matemática para os dados experimentais.

Os resultados para os experimentos a 20°C podem ser observados na tabela a seguir.

Deve-se acrescentar que, quando realizadas com rigor analítico, as duplicatas apresentaram desvios inferiores a 3% em todas as temperaturas.

Conclusão - Dada a simplicidade do método, seu baixo custo e sua reprodutibilidade, conclui-se que a aquisição de espectros de absorção UV/VIS e da taxa aparente de reação é uma alternativa válida para a caracterização de MP em amostras apreendidas – ao menos em casos onde aparelhos de CLAE não são disponíveis.

Possíveis fontes de erro no método são:

- utilização de soluções não termostabilizadas, que irão alterar fortemente a velocidade das reações (ver figura 4).
- trabalho com soluções de NaOH em concentrações diferentes, o que tam-

bém altera a velocidade da reação inicial de desidratação.

Alessandro Silva Nascimento¹;
Fernanda Moreira Coura¹; Fernanda
Lintomen A. de Almeida^{1,2}; Idelazil
C.N. Talhavini³; Marcello Moreira Santos¹ e Marcio Talhavini².

¹Instituto de Química - Universidade de Brasília

²Instituto Nacional de Criminalística, Departamento de Polícia Federal

³Instituto de Química, Universidade Estadual de Campinas

- Trabalho apresentado no 13º Encontro Nacional de Química Analítica – julho de 2001, Campinas/SP

- Os autores agradecem à professora Teresa Atvars (IQ/Unicamp) pelo uso do espectrofotômetro com termostabilizador de amostras.

Perito é nomeado coordenador no DPF

Mais um perito criminal federal ocupa cargo de chefia no Departamento de Polícia Federal. André Machado Caricatti assinou no dia 17 de outubro passado o termo de posse como novo titular da Coordenação de Informática (Coinf) do DPF.

A nomeação dele é um reconhecimento à atuação do perito na área. André Machado Caricatti possui trabalhos apresentados em congressos e outros eventos, entre eles o mais recente, o XVI Congresso Nacional de Criminalística, realizado em Florianópolis (SC), onde proferiu palestra sobre "Reconhecimento de locutores com redes neurais e modelos gaussianos".

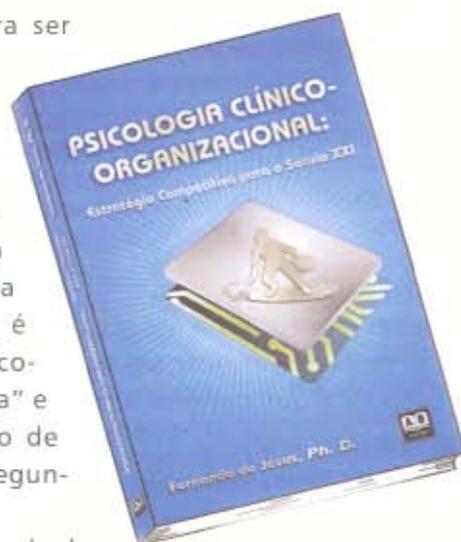
Ronaldo Barros



Caricatti: novo titular da Coinf

Competitividade e qualidade de vida

Já está pronto para ser lançado o novo livro do perito criminal federal Fernando de Jesus, "Psicologia Clínico-organizacional: Estratégia Competitiva para o Século XXI", pela AB Editora. O perito é autor também de "Psicologia Aplicada à Justiça" e "Perícia e Investigação de Fraude", este em sua segunda edição.



Na nova obra, Fernando de Jesus aborda o conflito entre a necessidade de encontramos um modelo individual de competências e a manutenção da qualidade de vida do indivíduo. A Psicologia Clínico-organizacional, explica o especialista, busca o equilíbrio entre competitividade e saúde. Segundo o perito, esta é uma das marcas do novo século – e nunca esteve tão em evidência.

Fernando de Jesus é natural do estado do Rio de Janeiro, pós-graduado em Auditoria Contábil e Doutor *cum laudae* em Psicologia pela Universidad de Santiago de Compostela, na Espanha. Desempenha há 15 anos a função de Perito Criminal Federal, Classe Especial - Área Contábil.

Simpósio na Paraíba

A Associação de Peritos Contadores do Estado da Paraíba promoveu nos dias 7 e 8 de dezembro o 1º Simpercon-PB (Simpósio de Perícia Contábil do Estado da Paraíba), com o tema "Ética e Justiça Social". O presidente do Tribunal de Justiça do estado, desembargador Marcos Souto Maior, abriu o evento, que constou de palestras sobre Laudo Pericial Contábil e Perícia de Contas Públicas, entre outros temas.

DPF comemora 37º aniversário



Simulação de resgate de autoridade seqüestrada é apresentada na Academia Nacional de Polícia, em Brasília

As comemorações do 37º aniversário do Departamento de Polícia Federal foram abertas no dia 12 de novembro do ano passado, quando o então ministro da Justiça, José Gregori, compareceu à Academia Nacional de Polícia, em Brasília, para as primeiras solenidades.

Pela manhã, houve hasteamento de bandeiras, apresentação de cães farejadores, simulação de resgate de autoridade seqüestrada e o 1º Encontro de Ex-Diretores-Gerais do DPF, quando foram homenageados os coronéis Moacyr Coelho, Luiz de Alencar Araripe e Wilson Brandi Romão, o senador Romeu Tuma, e os delegados de Polícia Federal

Amaury Aparecido Galdino, João Batista Campello, Vicente Chelotti e Wantuir Francisco Brasil Jacini.

Ao visitar a exposição dos equipamentos para laudos periciais, ainda na Academia Nacional de Polícia, Gregori elogiou o trabalho realizado por todos os servidores e afirmou que, especialmente no ano passado, "o trabalho e as atribuições da PF duplicaram, para dizer o mínimo".

Como exemplo, o ex-ministro citou o elevado número de prisões, de apreensões de drogas, além do combate ao contrabando e da vigilância nas fronteiras, "e o redobrado esforço no combate ao terrorismo internacional".

Entre os equipamentos expostos, recentemente adquiridos pelo Instituto Nacional de Criminalística, estão os de varredura eletrônica (grampos telefônicos, escutas ambientais), de perícia em vídeo (estação da Cognitech), de verificação e identificação de vozes, (CSL 4400), de GPS topométrico e ferramentas de quebra de senha em informática.

À tarde, foi aberto na Praça das Flores do shopping Conjunto Nacional, em Brasília, o estande e balcão de informações sobre drogas e expedição de passaporte. Durante toda a semana, o local foi bastante procurado pela população da cidade.

Avião - No dia 13, no saguão do auditório do edifício-sede do DPF, foi inaugurada uma exposição de fotos sobre as atividades do Departamento. E o padre Adriano Scaparro celebrou missa de Ação de Graças. No dia seguinte, o diretor-geral do DPF, Agílio Monteiro Filho, recebeu a primeira aeronave zero quilômetro de sua frota aérea, que é composta por sete aviões de pequeno porte e quatro helicópteros. O Cessna modelo Gran Caravan, para nove passageiros e dois pilotos, foi comprado à TAM, representante da fábrica no Brasil para venda e manutenção, e entregue em solenidade no hangar do DPF no Aeroporto Internacional de Brasília.

O avião está equipado para vôos visuais e por satélite, pode operar em pistas curtas e tem autonomia para voar durante seis horas e meia, ou 1.600 quilômetros, à velocidade de 340 km/h. "Com esta aeronave e mais dois helicópteros reforçaremos nossa frota aérea, que já é eficaz", afirmou Agílio Monteiro Filho, antes de se dirigir ao Palácio do Planalto onde, naquele dia, tomou posse o substituto de José Gregori no Ministério da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira.

As comemorações pelo aniversário do DPF continuaram em Brasília no dia 15 de novembro, quando foram entregues os troféus aos vencedores do campeonato esportivo, no Complexo Esportivo Adelson Sarmiento.

E no dia seguinte, em Florianópolis (Santa Catarina), com a inauguração da sede própria da Superintendência Regional do DPF.



O então ministro da Justiça, José Gregori, inaugura a exposição de equipamentos...



...de perícia recentemente adquiridos pelo Instituto Nacional de Criminalística



O diretor geral Agílio Monteiro Filho discursa ao receber novo avião para o DPF

INC terá novo prédio

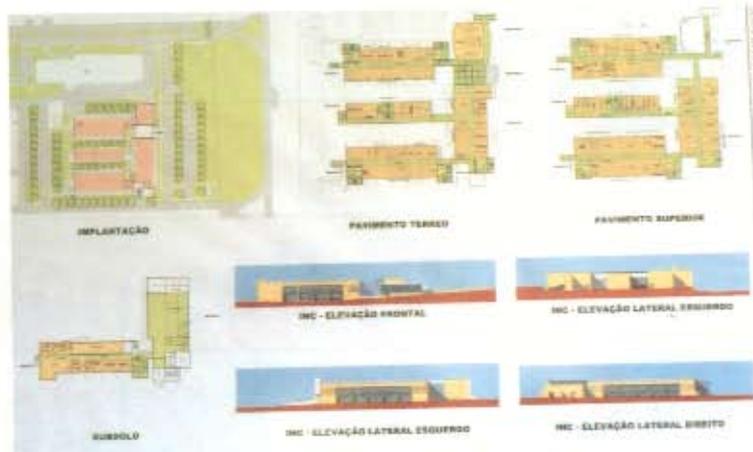
O renascimento do Sistema de Criminalística do Departamento de Polícia Federal. Assim o diretor do Instituto Nacional de Criminalística (INC), Eustáquio Márcio de Oliveira, definiu a importância da assinatura do contrato para a construção do novo prédio do Instituto. Na manhã do dia 6 de dezembro passado, o contrato foi assinado em solenidade de que também participaram o diretor geral do DPF, Agílio Monteiro Filho, o diretor da Construtora Gautama Ltda., Zuleido Soares de Veras, e o coordenador geral de Planejamento e Modernização do DPF, José Francisco Mallmann.

Em seu discurso, o diretor do INC destacou que "normalmente, a assinatura de um contrato para a execução de uma obra não seria revestida de tanta solenidade. Mas para nós, do Instituto Nacional de Criminalística, e para os peritos criminais federais de todas as Superintendências, este momento representa a materialização do renascimento do Sistema de

Criminalística do DPF".

E lembrou que "a obra que simbolicamente se inicia colocará o INC no lugar de respeito e destaque em que ele merece estar, por mérito de todos os que passaram por esta casa".

Mudanças - Depois de agradecer a presença do diretor geral do DPF à solenidade, por viabilizar a obra e apoiar iniciativas da direção, ao afirmar que "eu estava certo quando disse neste auditório, há mais de dois anos, por ocasião de minha posse, que acredita no seu apoio à Criminalística", Eustáquio de Oliveira registrou ainda que na administração de Agílio Monteiro Filho "foram intensificados os cursos de atualização e treinamento de peritos e de outras categorias que integram a equipe; foi aberto o maior concurso público para perito; foram feitos investimentos em



Na planta, o complexo de edificações do Instituto em Brasília

equipamentos e viaturas, mesmo antes do advento do Promotec, também concretizado na sua Administração". E resumiu: "Enfim, estamos participando ativamente da mudança por que passa o Departamento".

Recentemente, lembrou ainda o diretor, foi feito o primeiro laudo de identificação de locutor pelo INC, justificando o investimento do DPF em equipamentos modernos.

Eustáquio de Oliveira destacou também o apoio que tem recebido da APCF e agradeceu ainda "ao doutor Mallmann e seus colaboradores, aos colegas que trabalharam incansavelmente para viabilizar este momento, às pessoas da comissão de licitação, aos funcionários do INC, que elaboraram em conjunto com a ATHEC este projeto, e a todos que, de alguma forma contribuíram para a realização deste sonho".

O diretor geral do DPF também discursou na solenidade e afirmou que "tudo o que está sendo feito pela Criminalística é por obrigação, não é favor".

Ele elogiou a qualidade do trabalho da Perícia do DPF, "que em alguns casos serve de referência internacional". Sem o trabalho da Perícia, concluiu, "a atividade do DPF fica prejudicada".



Representantes da APCF, da construtora, do DPF e do INC exibem a maquete

PF desmonta quadrilha de fraudadores

Os peritos criminais federais Alexandre Cardoso de Barros e Bruno Pitanga, do Instituto Nacional de Criminalística do Departamento de Polícia Federal (DPF), estão analisando os computadores apreendidos nas cidades de Marabá, Parauapebas, Belém e Goiânia, onde foram presas 15 pessoas acusadas de desviar, via Internet, cerca de R\$ 50 milhões de contas de clientes do Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Itaú, HSBC e Banco do Estado de Goiás (BEG).

Em uma operação chamada de "Cash Net", 80 agentes da PF desmontaram uma quadrilha de fraudadores no início de novembro, mas as investigações vinham desde fevereiro, quando foi preso em Marabá um dos integrantes do grupo. Desde então a delegacia regional da PF começou a receber denúncias sobre saques e transferências de contas de clientes dos bancos em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Segundo o perito Alexandre, o Banco do Brasil, por exemplo, já vinha identificando fraudes no acesso a contas e a informações da Serasa (Centralização de Serviços dos Bancos S.A.) – o banco de dados que recebe papéis para

negativização de documentos de empresas, bancos e cartórios. "Por isso houve um incremento na segurança do banco, mas esses fraudadores fizeram um programa específico depois que tiveram acesso ao cadastro da Serasa", conta Alexandre.

O perito explica a maneira como eles agiam: "Na consulta à Serasa, os fraudadores ficam sabendo quais as contas que estão em determinadas agências e o programa elaborado por eles vai gerando o número das senhas, na base de tentativa e erro. O sistema do banco aceita, por exemplo, um determinado número de conta e informa que a senha estava errada. Até eles descobrirem uma conta válida e uma senha válida".

Com o programa que os fraudadores criaram, acrescenta o perito, quando descobriam uma conta válida, bastava tentar utilizar os dados do titular da conta, como data de nascimento, de abertura da con-



Computadores de Marabá serão periciados em Brasília

ta, entre outros. "Noventa por cento do valor roubado eram do estado do Pará mesmo e as investigações incluíram também os provedores de Internet que os fraudadores utilizaram, com envio de ordem para grampear telefones, buscas em listas telefônicas, até a apreensão de computadores que hoje estão no Instituto Nacional de Criminalística", informa.

Ainda segundo o perito, a tecnologia utilizada não era das mais sofisticadas: "O cérebro da operação não entendia de informática, ele ia aprendendo aos poucos. Uma pessoa de Goiânia, que fez o programa, é que parecia ser o 'cabeça' da frau-

de. O que chamou a atenção foi mesmo a ousadia deles”.

O esquema dos fraudadores previa o uso de “laranjas” para receber o dinheiro. De acordo com o resultado das investigações, eles compravam os cartões do banco de pessoas menos esclarecidas e transferiam o dinheiro para a conta deles. Esse dinheiro era usado para pagar despesas com telefone celular, compra de carros e objetos pessoais de valor – sinais exteriores de riqueza que acabaram por chamar a atenção dos agentes.

Os peritos Alexandre e Bruno lembram que este tipo de delito não é cometido por “hackers”, invasores de sites na Internet, nem por “crackers”, que são os que quebram a senha. “No caso, foi uma ação de fraudadores mesmo, de gente que desvia dinheiro”, dizem. E aconselham os usuários de bancos a terem cuidado na hora de criar suas senhas, a fim de tentar reduzir os riscos de fraude.

Mesmo assim, advertem, “não existe sistema seguro”. A segurança, segundo eles, está intimamente relacionada com o custo e com a facilidade de uso. “Nenhum sistema é totalmente seguro. E as chamadas senhas fáceis deixam mais livre o caminho para o fraudador – quem usa data de nascimento, números de documentos como CPF e Identidade para compor a senha geralmente é quem corre mais risco de ser atacado”, alertam.

Pedofilia – Em outra operação no mês de novembro, desta vez em Brasília, os agentes da Polícia Federal prende-

ram em flagrante, na madrugada do dia 11, no Hospital de Base, o médico gastroenterologista Rodrigo Barbosa Villaça, casado, de 30 anos. Ele estava trancado em uma sala do hospital, diante do computador, repassando pela

Internet imagens de crianças fazendo sexo com adultos. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, constitui crime esta troca de fotos de crianças em situações que denigam a imagem delas.

A PF investiga a possibilidade de o médico – que pagou fiança e foi libertado – ter envolvimento com uma rede internacional de pedofilia, com conexões em pelo menos cinco países. Em seu depoimento, ele confessou que acessava páginas de pedofilia na Internet, mas negou a autoria de fotos de crianças e bebês para divulgação. Disse ainda ser doente e precisar de ajuda, após admitir que sua compulsão por fotos de crianças aumentou há cerca de um ano.

A prisão ocorreu a partir de denúncias feitas dois meses antes contra Rodrigo Villaça, investigadas pelo Instituto Nacional de Criminalística. Ele usava, na rede, o codinome “pediatraDF” e uma internauta que receberia as fo-

tos, identificada como “Luiza30”, foi quem colaborou com a investigação. Os agentes haviam feito duas tentativas de prender o médico em flagrante: na primeira, ele teve de atender um paciente e na segunda, não conseguia enviar as fotos por meio de seu computador, por problemas na rede. Na terceira, e última, quando os policiais já estavam na porta do hospital, em dez minutos foi feito o flagrante.

Segundo os mesmos peritos Alexandre Cardoso de Barros e Bruno Pitanga, o médico praticamente deu todas as pistas em seus contatos com “Luiza30” – o número do telefone da sala no hospital, a data em que estaria de plantão na madrugada e até seu número pessoal de telefone celular. O médico foi flagrado diante do computador ligado, em contato com internautas transmitindo fotos de crianças.

Na casa de Rodrigo Villaça, a Polícia Federal encontrou disquetes com imagens de crianças e estão sendo investigadas suspeitas de que ele tenha abusado de pacientes.

Contas e até cartões de “laranjas” eram utilizados para desviar o dinheiro dos bancos



Bruno Pitanga examina equipamento usado pelo médico

Auditoria de gestão e a prova pericial contábil

A atividade pericial contábil é o resultado de uma ampla área de conhecimentos. O perito contábil usualmente necessita utilizar as mais diversas ferramentas do conhecimento para que possa oferecer informações úteis e provas para a tomada de decisão policial ou judicial.

Nesta experiência, tenho encontrado uma solicitação cada vez mais frequente em atender solicitações sobre os procedimentos de gestão em entidades financeiras. A Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, define os crimes contra o sistema financeiro nacional e dá outras providências. Em seu artigo 4º, sobre "gerir fraudulentamente instituição financeira", prevê pena de reclusão de três a 12 anos e multa. No parágrafo único – "se a gestão é temerária" –, a previsão é de reclusão de dois a oito anos, além de multa.

Por meio deste dispositivo, o desenvolvimento da investigação inclui a necessidade de fundamentar sua conclusão em uma prova pericial, e esta prova é o laudo pericial, definido como "a apresentação da metodologia científica aplicada e a constatação das diligências efetuadas, com conclusões e respostas fundamentadas científicas sobre o objeto que foi submetido a exame

pelo perito" (Jesus, 2000, p.6)

Sabe-se que o perito contábil, em suas atividades, trabalha com uma multiplicidade de documentos que podem ter sido utilizados – alguns – para encobrir fraudes ou má gestão (Jesus, 2000). Ele também deverá possuir uma forma de pensar a Ciência Contábil como uma ciência aplicada (Jesus, 2001).

O conflito ocorre quando nos chega esta solicitação: "Os senhores Peritos, baseados nos documentos constantes no IPL/Processo nº tal podem informar que houve gestão fraudulenta ou temerária pelos Srs Fulano de Tal etc?"

Ab initio, parece estranho à nossa lide, pois estamos habituados ou talvez condicionados a tratar somente com números. Mas quem poderá tornar esta resposta possível? Não respondemos por não estarmos treinados ou por deixarmos esta resposta a um outro atuante jurídico?

É a partir deste impasse que surge a procura e proposta de responder à pergunta feita anteriormente, de maneira que possamos oferecer um caráter científico e pericial a uma questão que se torna a cada dia mais importante diante da economia digital e das

empresas virtuais que teremos de periciar no século XXI.

Inicialmente, devemos entender os termos "gestão fraudulenta" e "gestão temerária". O primeiro poderia ser entendido como todo ato de direção, administração ou gestão, de forma consciente, que reflete manobras ilícitas, com emprego de fraudes ou ardis. E "gestão temerária" é aquela realizada sem a prudência e o conhecimento necessários, com excessiva confiança no resultado de sucesso, que sob um ponto de vista racional seria improvável, assumindo riscos audaciosos em transações de alto risco, utilizando o dinheiro alheio (Pimentel, 1987; Oliveira, 1952).

A ferramenta que o perito contábil poderá utilizar, para caracterizar o que seja uma gestão fraudulenta ou temerária, segundo a minha proposta, é a técnica de Auditoria Operacional ou de Gestão.

Definição - Auditoria é uma palavra latina que significa "ele ouve". É derivada de uma atividade que consistia em ouvir o relato de algo, concordando ou discordando deste relato, mantendo o auditor uma atitude de independência (Woolf, 1994).

A atividade surgiu da necessidade de o homem se certificar de que suas transações comerciais, ou aquelas em que estava interessado, transcorriam de forma regular e sem problemas de confiabilidade. Os séculos XVI e XVII foram determinantes na expansão comercial da Europa e em suas relações com o Oriente e Américas. As viagens comerciais eram financiadas – e conseqüentemente auditadas, para que pudessem ser avaliadas em sua rentabilidade.

Como profissão, a auditoria foi reconhecida na Grã-Bretanha pela Lei de Sociedades, que em 1862 estabelecia a necessidade que as empresas teriam de manter um sistema metódico de registro contábil. A partir deste momento, a auditoria se desenvolveu de forma rápida (Pineda, 1995).

Os métodos de confirmação e verificação são os mais diversos possíveis, às vezes perversos e com custo financeiro alto (Jesus, 2000, 2001). Por isto reservamos a função de auditoria para situações em casos extremos. Por exemplo, enquanto tenho um custo mínimo para verificar se o cinto de segurança de um passageiro em meu veículo está conectado, terei um custo alto para verificar se devo realmente investigar uma determinada empresa com suspeita de fraude.

O exercício da função de auditoria administrativa necessita da fundamentação dos seguintes conceitos (Gil, 1996):

- independência na escolha dos eventos a serem auditados (pontos de controle) e das soluções a serem apresentadas (recomendações);
- duplicidade de atuação, no sentido de que a atuação da auditoria visa verificar a qualidade dos processos e resultados organizacionais já alcançados, e seus reflexos no presente/passado e presente/futuro.



Portanto, em termos práticos, a auditoria administrativa/técnica é subdividida e corresponde, conforme Gil (1996), a:

- **Auditoria Operacional** - Constatação de processos e resultados exercidos em linhas de negócios/produtos/serviços no passado-presente.

- **Auditoria de Gestão** - Constatação de processos e resultados exercidos em negócios/produtos/serviços no presente-futuro.

Diretrizes - São as seguintes as diretrizes da auditoria da gestão:

- total integração auditor/auditado

por meio de um mecanismo de visão sistêmica do empreendimento;

- atuação da auditoria interna, por meio de auditoria estruturada, com a participação técnica em todas as fases empresariais;

- formação interdisciplinar do auditor, permitindo uma visão holística nos programas de auditoria;

- produto final do trabalho de auditoria fundamentado como propostas solidárias e conjuntas, por meio de um plano de ação do binômio auditor/auditado;

- uso de sistemas especialistas no processo de aprendizagem da

tecnologia organizacional e na realização da auditoria de gestão;

- a auditoria é fundamental no processo de transformação e manutenção da competitividade empresarial;

- o foco da auditoria deve estar relacionado com a missão da empresa; e

- necessidade da auditoria de desempenho/produzitividade organizacional.

Estudo de estrutura - A palavra gestão é o resultado de processos decisórios que objetivam a solução de um determinado problema, utilizando para isto raciocínio dedutivo e indutivo. Os problemas que são rotineiramente apresentados ao gestor estão desestruturados; os sistemas de informação estão limitados e são baseados em dados do passado. Para poder enfrentar estas decisões ambíguas, o dirigente utiliza a sua intuição, a partir de sua experiência gerencial.

A auditoria de gestão consiste no estudo da estrutura interna e das pessoas que compõem a direção de uma determinada organização. Procurará melhorar a capacidade desta organização para competir com sucesso, enfrentando as mudanças necessárias, potencializando a equipe responsável pela direção da organização. Buscará auxiliar a direção geral na avaliação objetiva de sua organização interna e de seus executivos principais, principalmente quando estão em direção a mudanças profundas (Hobman, 1994).

Apontará, assim, a avaliação de forças e pontos de falha de uma organização, de sua equipe de direção e do clima organizacional existente (Jesus, 2002). A auditoria de gestão analisará a estrutura da organização, as linhas de comunicação e o fluxo de informação interno; estudará o grau de ajustamento ao mercado competitivo.

As avaliações psicológicas e psicométricas poderão ser instrumentos importantes na determinação da mensuração utilizada na formação do diagnóstico organizacional. A audito-

ria de gestão trabalhará muito mais com informações de difícil mensuração do que com dados quantitativos, tais como entrevistas, perfil psicológico, avaliação da cultura organizacional, medição das tomadas de decisões etc (Jesus, 2002).

Sabemos que a auditoria de gestão está concentrada nos executivos e principalmente no clima psicológico existente na organização. A psicologia clínico-organizacional procurará a melhora da gestão do executivo e de sua qualidade de vida, bem como obter dele – por meio do emprego das técnicas adequadas (*coaching*, *mentorismo*, *empowerment* etc) – um desempenho organizacional superior, mantendo-o saudável psiquicamente e apto para a sua colaboração organizacional (Jesus, 2002).

Resposta - Assim, a auditoria operacional estará relacionada com a gestão fraudulenta, tendo em vista a utilização de fraudes materiais para o seu cometimento. E a auditoria de ges-

tão estará relacionada com a gestão temerária, porque existe uma probabilidade alta de ocorrência, diante da visão presente-futuro e dos altos riscos assumidos pelo gestor. Este último tipo de auditoria está conectado a comportamentos gerenciais de maior dificuldade de mensuração.

O perito contábil poderá, então, responder de forma objetiva e fundamentada à pergunta feita no início deste artigo. E também oferecer informações relevantes para o desenvolvimento de sistemas de controles internos, que dificultem a realização de crimes financeiros.

A necessidade presente é a de aprendizado constante, para que possamos responder com eficiência e eficácia às solicitações da Justiça, utilizando as ferramentas do conhecimento.

Fernando de Jesus
Perito Criminal Federal - Secrim/GO
Doutor em Psicologia/Universidad de
Santiago de Compostela (Espanha)

Referências bibliográficas

1. GIL, Antonio de Loureiro. *Auditoria operacional e de gestão: qualidade da auditoria*. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1996.
2. HOBMAN, David. Auditoria de gestión: un instrumento vital de dirección. In Michael Graig-Cooper & Philippe Backer, *Auditoria de gestion*. Traducción de Antonio Montserrat. Barcelona: Folio, 1994.
3. JESUS, Fernando. *Perícia e investigação de fraude: uma análise psicológica e operacional na evidencição de fraude*. Goiânia: AB Editora, 2000.
4. _____. Contabilidade: instrumento de segurança social contra a corrupção. *Revista Brasileira de Contabilidade*, ano XXX, nº 127, janeiro-fevereiro 2001, p. 36-45.
5. _____. *Psicologia Aplicada à Justiça*. Goiânia: AB Editora, 2001.
6. _____. *Psicologia clínico-organizacional: estratégia competitiva para o século XXI*. Goiânia: AB Editora, 2002. No prelo.
7. OLIVEIRA, Elias. *Crimes contra a economia popular*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1952.
8. PIMENTEL, Manoel. *Crimes contra o sistema financeiro nacional: comentários à Lei 7.492, de 16.6.86*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1987.
9. PINEDA, Pilar. *Auditoria de la formación*. Barcelona: Ediciones Gestión 2000, 1995.
10. WOOLF, Emile. *Auditing today*. 5ª edition. Hertfordshire (UK): Prentice Hall, 1994.

Câmara homenageia peritos

Uma sessão solene na Câmara dos Deputados, em Brasília, sob a presidência do primeiro-secretário da Mesa, Severino Cavalcanti (PPB-PE), homenageou os peritos oficiais na tarde do dia 29 de novembro passado. O Dia do Perito é comemorado em 4 de dezembro e na maioria das regionais a categoria foi festejada.

Na Câmara, a sessão requerida pelo deputado federal Jorge Pinheiro (PMDB-DF) foi prestigiada com a presença de peritos de vários estados e do novo presidente da Associação Brasileira de Criminalística (ABC), Humberto Jorge Pontes, chamado para compor a Mesa, ao lado do deputado federal Alberto Fraga (PMDB-DF), relator na Comissão Especial de Reforma da Segurança Pública. Também foi chamado à Mesa o diretor do Instituto de Criminalística do Distrito Federal, José Alberto Carvalho Coutinho.

Em seu discurso, o deputado Severino Cavalcanti destacou “o reconhecimento dos parlamentares à relevância do trabalho realizado pelos peritos oficiais para o aperfeiço-

amento do exercício da Justiça”. O deputado Jorge Pinheiro lembrou os 24 anos de existência da ABC e a divulgação das atividades de Perícia, que “contribuem de forma significativa para o aprimoramento dos profissionais de diversas áreas, especialização indispensável para a apreciação do fato criminal”.

E o deputado Alberto Fraga, coronel da Polícia Militar, colocou-se à disposição para ser “a voz dos peritos” na Casa. Afirmou que em sua proposta de emenda constitucional (PEC) defende a Perícia como um órgão autônomo, com orçamento próprio e quadros preenchidos por concurso, “sempre dirigida por um perito, o que é garantia de competência”.

Na opinião de Fraga, “a solução para a segurança pública passa pela defesa da perícia pública, imparcial e de qualidade”. O perito, concluiu, “é um apaixonado pela profissão, que desempenha suas tarefas com prazer e dedicação contagiante”.

Churrasco e caruru – Ainda em

Brasília, a Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) promoveu no dia 4 de dezembro um churrasco de confraternização entre os profissionais filiados, no clube do Sindipol (Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal), às margens do Lago Paranoá. Na tarde ensolarada, mais de 30 peritos compareceram ao almoço, em ambiente acolhedor e marcado pela informalidade.

Em Salvador (Bahia), como o Dia do Perito é comemorado no mesmo dia consagrado a Santa Bárbara – a lansã do candomblé –, uma comida típica baiana associada a este orixá, o caruru, foi servida em almoço promovido pelos peritos criminais do Departamento de Polícia Técnica da Bahia, com a participação dos peritos criminais federais da Secrim/BA.

Mais cedo, na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal, a cerimônia mensal de hasteamento de bandeiras homenageou o Dia do Perito. O diretor regional da APCF, Gutemberg de Albuquerque Silva, homenageou os



Peritos recebem homenagem em sessão solene na Câmara dos Deputados

colegas aposentados – João Muniz de Andrade, Herbert Clóvis Ribeiro Passinho e Sandra Aparecida Oliveira Neves.

Em seu discurso, Gutemberg fez um reconhecimento à contribuição dos peritos e destacou as atribuições e a importância da criminalística no âmbito da Justiça. Também agradeceu ao superintendente regional, delegado de Polícia Federal José Roberto Alves dos Santos, pelo constante apoio. Um lanche foi oferecido pela Secrim/BA aos servidores da Superintendência Regional, seguido de apresentação de painéis ilustrando rotas de obtenção e processamento de drogas, além de fotografias de peritos em atividades oficiais diversas.

Em João Pessoa (Paraíba), o Dia do Perito começou a ser comemorado de véspera. No dia 3 de dezembro, a ACPF patrocinou café da manhã após ato cívico do calendário do DPF. No dia seguinte, às 15h, uma sessão especial na Assembléia Legislativa da Paraíba, proposta pela deputada Estefânia Maroja, homenageou o Dia do Perito Criminal, no plenário “Deputado José Mariz”. No dia 7, às 21h, a Associação Paraibana de Criminalística promoveu jantar no restaurante Calypso, do Hotel Caiçara, onde também se realizou a cerimônia de posse da nova direto-



Em Salvador, os peritos se reuniram para café da manhã, antes do caruru típico.

ria, eleita para o biênio 2001-2003.

E no Rio de Janeiro, um almoço no dia 6 de dezembro na churrascaria Montana Grill, na Barra da Tijuca, reuniu toda a equipe da Secrim e peritos aposentados para uma confraternização de fim de ano.

Simpósio – Em Belém (Pará), a Superintendência Regional do DPF e a diretoria regional da ACPF realizaram no Dia do Perito, no auditório da SR-PA, o II Simpósio Institucional Gestão Pública e Qualidade Total, com o objetivo de incentivar e dar capacitação profissional aos servidores.

O diretor regional da ACPF-PA, Antonio Carlos Figueiredo dos Santos, destacou que o engajamento a esse tipo de programa, já adotado

por instituições e empresas afins, vem proporcionando melhores resultados em muitas delas. “Precisamos da motivação pessoal de cada colaborador e da soma de esforços e troca de nossas experiências”, enfatizou.

O evento contou, entre os palestrantes, com a presença do juiz José de Alencar, do Tribunal Regional do Trabalho; do promotor público federal Ubiratan Cazetta; do economista Dilermano Proença, MBA em Marketing, que falou sobre “Motivação para a Qualidade”; e dos psicólogos Rosa Malheiros e Laércio Silva, pesquisadores da Universidade Federal do Pará, sobre “Gerência do Crescimento do Ser Humano”, além do perito Figueiredo, mestre em Ciências e facilitador em Qualidade Total.

O Grupo de Teatro dos Correios promoveu a encenação de um espetáculo sobre a implantação do sistema “5S”.

No dia seguinte, o professor Sidney Santos, da Universidade Federal do Pará, proferiu palestra sobre “Coleta de Materiais para Exame Forense de DNA”, seguida de palestra dos peritos criminais federais Bezerra e Silveira, sobre “Qualidade na Coleta de Material Gráfico Padrão”. O evento contou com o patrocínio do Governo do Estado do Pará, Correios, Amazônia Celular, Sinpaf e Ansef.



No Rio de Janeiro, a confraternização dos peritos foi na churrascaria Montana Grill

Ao chegarmos ao final de mais um ano, olhamos para trás e vemos o quanto fizemos e, talvez, o quanto poderíamos ter feito. Não importando o passado, ao iniciarmos o ano de 2002 depositamos nele a nossa mais sincera esperança de renovação e de melhoria contínua no relacionamento entre os homens.

Num ano atribulado como o de 2001, notadamente no que se refere ao relacionamento entre as nações a partir dos atentados terroristas nos Estados Unidos, induzindo todos os países a um progressivo controle sobre o fluxo de pessoas em suas fronteiras, temos a oportunidade de ver aflorar aos olhos do mundo um Brasil antes percebido apenas pelos que o conheciam bem. Recentemente fizemos uma viagem internacional e tivemos a oportunidade de verificar como o Brasil está na moda: revistas estrangeiras publicando matérias nas quais era dado grande destaque a fotos sobre o Brasil, não o Brasil que costuma ser publicado, o da destruição de florestas, da exploração de menores, das chacinhas... Mas o Brasil bellissimo que conhecemos, das praias, das montanhas, dos campos, do carinhoso convívio social.

A conjuntura internacional favorece o crescimento do fluxo turístico para o Brasil e aumenta o turismo interno - não é por acaso que o número de transatlânticos ancorados nas costas brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro, teve um crescimento recorde, conforme os relatos dos Núcleos Especiais de Policiamento Marítimo do Departamento de Polícia Federal.

Os hotéis de todas as regiões turísticas estão com taxas de ocupação invejáveis, segundo as autoridades do setor.

Afinal, em que isso afeta a Polícia Federal? Embora não pareça, o primeiro contato que o turista estrangeiro tem com o Brasil dá-se através de um representante da Polícia Federal. É nesse momento que temos a oportunidade de passar ao visitante um pouquinho do que somos como instituição e como país. Presteza no atendimento, agilidade, firmeza - sem perder, contudo, o nosso jeito brasileiro de ser.

Com o recrudescimento do terrorismo, a segurança nos aeroportos e portos de todo o país foi reforçada, levando, por conseguinte, a um aumento do volume de serviço, por vezes não contrabalançado pelo aumento de recursos humanos e materiais. Isto exige dos policiais federais, portanto, mais dedicação e empenho no trato dessas questões.

No âmbito do controle migratório, sem nos preocuparmos em fazer juízo de valor, dois assuntos merecem destaque especial: a proposta de criação, pela Direção do Departamento de Polícia Federal, de uma nova carreira de polícias federais para o trabalho de controle de fronteiras e a continuidade do Projeto PROMASP, cujo objetivo é implementar um conjunto de ações que visem permitir um controle mais eficaz do fluxo de pessoas através das fronteiras brasileiras, mudando inclusive o modelo de nosso passaporte para adequá-lo aos padrões internacionais.

Esses dois assuntos, certamente, serão objeto de muitos debates ao longo do ano de 2002. De forma franca e sincera, o debate e a conclusão a respeito desses temas, visando o atendimento das necessidades da população brasileira, nos trarão muitos benefícios, colocando definitivamente o nosso país em nível igual ou superior ao das grandes potências internacionais.

agenda

Alguns eventos científicos programados para este ano já têm data e local definidos:

Março - do dia 21 ao dia 23, em Goiânia (GO), III Seminário Nacional de Perícias em Crimes de Trânsito e V Seminário Brasileiro de Perícia em Identificação de Veículos.

Junho - do dia 10 ao dia 13, em João Pessoa (PB), VII Comitê Nacional de Documentoscopia.

Agosto - em Vitória (ES), III Seminário Nacional de Balística Forense e II Seminário de Perícias em Crimes Contra a Vida.

Setembro - na última semana do mês, em Belém (PA), Fórum Interna-

cional de Questões Ambientais.

Outubro - do dia 9 ao dia 11, em Palmas (TO), II Comitê Nacional de Perícias em Crimes Contra o Meio Ambiente.

Novembro - em Porto Alegre (RS), III Seminário Nacional de Perícias em Foneética Forense e I Seminário Nacional de Perícia em Crimes de Informática.

Em nossos “Vocabulários” anteriores, freqüentemente abordamos assuntos relativos à Grafotécnica, com indispensáveis referências ao **traço** e ao **traçado**, sem maiores comentários sobre o significado direto de qualquer deles.

Vamos, agora, tentar suprir esta lacuna.

A **escrita** é definida como constituída por **traços** de sentido, forma e dimensões diversas, cuja projeção, interligação e continuidade constituem o **traçado**, já agora com feição convencional e representação caligráfica.

O **grama** é a unidade grafotécnica, representado pelo traço lançado em um mesmo sentido, ou seja, sem inversão ou mudança brusca de movimento.

De acordo com sua **projeção** em relação à linha de base, ou pauta, o traço poderá ser **horizontal**, **ascendente** ou **descendente**.

Conforme sua **forma**, já na constituição do traçado poderá ser **retilíneo**, **sinuoso** ou **curvo** (aqui, inclusive em **arcada** ou **guirlanda**); **contínuo**, **interrompido** ou **partido**. E na composição da letra, ou símbolo, poderá se apresentar de maneira **completa** ou apenas **simplificada**, e por vezes apenas **insinuada**.

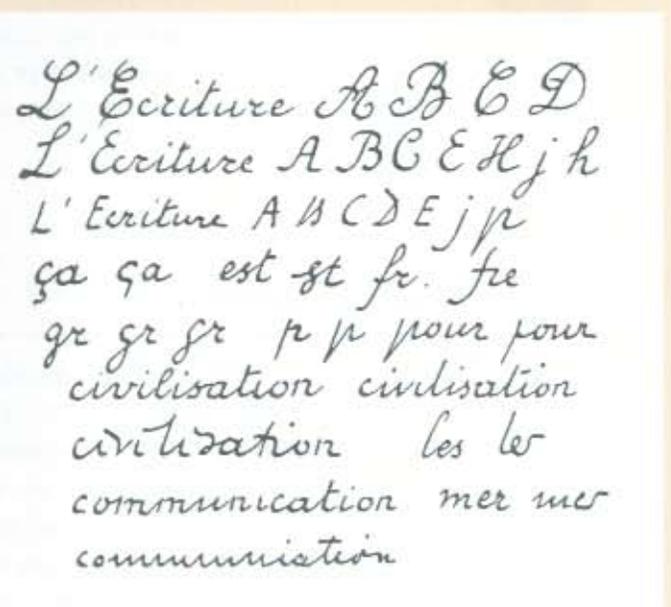
Desta diversificação resulta a classificação elementar dos tipos fundamentais da escrita: **caligráfica**, **simples** ou **normal**, **simplificada** e **combinada**.

Finalmente, o traço pode ser apenas um **complemento** da letra considerada, como aqueles relativos às **acentuações**, ou então como **cedilha** (ç), ou o **corte do t**. Este último se apresenta em uma grande variedade de dimensões, posição e forma, amplamente estudada pelos grafólogos, para os quais assume definitiva importância.

É justamente da publicação “Cours Gradué de Graphologia”, de Édouard De Rougemont - cuja indiscutível autoridade em Grafopatologia é amplamente reconhecida pelos grafotécnicos - que tomamos as duas ilustrações apresentadas.



A barra do t minúsculo, traço independente



Tipos fundamentais da escrita: caligráfica; simples, ou normal; simplificada; combinada

Nem sempre é o criminoso quem vai parar atrás das grades.

Copyright: Agência O Globo



Denuncie o comércio ilegal de animais silvestres.

www.renctas.org.br



RENCTAS

Rede Nacional de Combate
ao Tráfico de Animais Silvestres



Associação Nacional
dos Peritos Criminais Federais



**Associação Nacional
dos Peritos Criminais Federais**